



MONITORIZAÇÃO DO PROT ALGARVE

CCDR Algarve

MONITORIZAÇÃO DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO ALGARVE

Multiplicam-se os estudos e planos sobre os territórios e os espaços urbanos mas a descoordenação entre as análises e as propostas, o não comprometimento dos actores e a não monitorização e avaliação da implementação, acaba por tornar esses documentos desconhecidos da maioria das populações, permitindo que os caminhos previamente traçados acabem por não ser percorridos e os objectivos não alcançados.

Para evitar esta situação, algumas instituições territoriais iniciaram um processo de criação de observatórios reunindo os principais actores num processo de avaliação periódica das actividades humanas. Os observatórios ao criarem bancos de dados, monitorizarem e avaliarem os resultados dos programas e acções dos planos, tornam-se um utensílio de gestão e conhecimento à disposição dos actores locais, favorecem a participação no processo de planeamento e asseguram que os objectivos de longo prazo poderão ser mais bem atingidos.

Ao observatório compete:

- **Observar para conhecer:** as numerosas informações, realizações ou decisões estão dispersas e desarticuladas, pelo que compete ao observatório a sua compilação e ordenação a fim de elaborar o diagnóstico dos problemas sociais, ambientais e económicos;
- **Observar para compreender:** o sistema urbano necessita de uma visão integrada para ser compreendido. O observatório permite alimentar a reflexão dos actores urbanos sobre os temas da cidade e áreas envolventes;
- **Observar para propor:** para além da missão de compreender e analisar a informação, o observatório tem como missão aconselhar os decisores sobre as melhores práticas;
- **Observar para participar:** Um dos princípios do desenvolvimento sustentável é a participação das populações. Esta participação só se torna activa quando dispõe de informação fidedigna. Ao observatório compete desenvolver acções de informação no duplo sentido de informar e ser informado;
- **Observar para ser observado:** Por fim, ao observatório compete ter permanentemente actualizada e disponível uma base de dados para realizar as comparações dos resultados obtidos ao fim de períodos determinados. O acompanhamento das práticas de outras cidades e regiões e das políticas preconizadas pelos governos e pela EU será outra das tarefas a que o observatório deverá preocupar-se.

O PROT ALGARVE e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2007, de 3 de Agosto de 2007 que o aprova, realçam a necessidade de criar um destes observatórios com a finalidade de efectuar a monitorização da execução das acções de implementação das orientações e directrizes contidas no plano, a qual deve ser acompanhada por um processo de avaliação, com uma periodicidade anual, consubstanciada em documento próprio — Relatório de Avaliação — com o objectivo de informar qual o grau de sucesso obtido com a execução das propostas do Plano.¹

A adequação formal e do conteúdo do Plano às orientações dos instrumentos de gestão territorial hierarquicamente superiores visou, essencialmente, que o novo plano regional constituísse um documento verdadeiramente estratégico para a região do Algarve no quadro das novas orientações em matéria de ambiente, ordenamento do território e desenvolvimento regional.

Com efeito, a nova configuração do PROT, adianta a mesma resolução, deverá reforçar as componentes estratégicas do ponto de vista ambiental e de sustentabilidade do desenvolvimento da actividade económica, em termos regionais, em especial do turismo, com particular incidência nos aspectos de requalificação urbanística e ambiental das áreas edificadas, dos equipamentos, do património arquitectónico e arqueológico, das infra-estruturas e da paisagem como elementos integrados de intervenção no território, com particular incidência nas subunidades regionais e no litoral.

AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO²

1 — Princípios gerais

O exercício da monitorização e avaliação corresponderá a um acompanhamento regular e sistemático da execução do PROT Algarve ao longo do tempo, a efectuar pela CCDR Algarve, de forma articulada

¹ A Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2007 determina a criação do Observatório do Plano Regional de Ordenamento do Território para o Algarve, entidade independente e sem personalidade jurídica com funções de acompanhamento, monitorização e avaliação do PROT Algarve e, em especial, do sistema de turismo nele previsto, nos termos seguintes:

a) O Observatório é composto por representantes da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Algarve, do Turismo de Portugal, I. P., e dos municípios abrangidos pela área de intervenção do Plano;

b) Compete ao Observatório, no âmbito das suas funções de acompanhamento, monitorização e avaliação do PROT Algarve:

i) Monitorizar e avaliar a sua implementação através da verificação da aplicação das políticas previstas no Plano, identificando, quando seja o caso, as causas da sua não implantação;

ii) Monitorizar o cumprimento e os impactes dos objectivos e metas definidos em relação à estratégia do Plano, identificando, quando seja o caso, eventuais desvios;

iii) Monitorizar e avaliar a adequação das políticas propostas para o alcance dos objectivos do Plano, recomendando, quando tal não aconteça, o seu eventual ajustamento ou revisão, designadamente em matéria dos limites fixados para o número de camas da região ou outros ajustamentos a fazer no sistema de turismo;

c) Sem prejuízo das competências das entidades representadas, compete ao Observatório, no âmbito dos procedimentos de concretização dos núcleos de desenvolvimento turístico e procedimentos subsequentes:

i) Constituir-se como um fórum de debate sobre os aspectos fundamentais a integrar no caderno de encargos e no programa do concurso a aprovar pela assembleia municipal respectiva e sobre a análise dos projectos estruturantes;

ii) Permitir, em face dos dados disponíveis nesse momento, a identificação e definição da posição que cada entidade representada assumirá, no âmbito das suas atribuições, nos procedimentos a desencadear para a concretização do núcleo de desenvolvimento turístico (NDT);

iii) Permitir, no âmbito dos procedimentos referidos na alínea anterior, uma visão global e integrada dos interesses em jogo, promovendo a concertação das entidades envolvidas;

iv) Exercer as demais funções previstas no PROT.

² (capítulo VI do Prot Algarve)

com o Observatório do PROT Algarve no âmbito da missão que lhe está atribuída nos termos do ponto 2.1.1 do Capítulo V, incidindo nomeadamente sobre a verificação dos seguintes aspectos:

- Concretização das medidas e acções propostas no Plano;
- Conformidade entre objectivos do Plano e resultados obtidos;
- Desempenho do Plano, procurando analisar outras perspectivas que possam contribuir para o seu sucesso e que não se restringem à verificação de conformidade entre objectivos e resultados.

A monitorização e a avaliação da implementação do PROT Algarve devem abranger os seguintes aspectos:

- Parâmetros territoriais — pela importância que assume a observação dos elementos fundamentais do Plano quanto à aderência ao sistema real;
- Parâmetros ambientais — pela importância que assumem as características intrínsecas dos ecossistemas presentes;
- Parâmetros socio-económicos — pela importância que assume o incremento da qualidade de vida da população;
- Parâmetros institucionais — pela importância que as instituições assumem no processo de implementação.

Do ponto de vista instrumental, **a CCDR Algarve deve criar um sistema de indicadores** para a realização da monitorização e da avaliação do PROT Algarve, atendendo aos seguintes princípios:

- Compatibilização do sistema do PROT Algarve com outros sistemas de monitorização e avaliação;
- Integração dos agentes institucionais da Região;
- Detecção de factos relevantes nos domínios analisados;
- Designação de entidade responsável pela recolha de dados;
- Apresentação de perspectivas que possam ser reformuladas caso existam alterações ou acertos da estratégia a prosseguir.

2 — Processo de Monitorização

O exercício da monitorização pressupõe a recolha de dados e de informação fundamental, bem como o exercício de uma avaliação regular e sistemática ao longo do tempo. Deve considerar perspectivas de preservação e conservação, e também de qualificação e valorização, de modo a que o resultado permita reforçar as capacidades regionais de produzir e gerir recursos e competências com valor estratégico e fundamentar um percurso de **desenvolvimento sustentável** e de qualificação territorial.

O modelo a instituir deve definir com clareza e de forma abrangente os objectivos da monitorização, tendo presente a complexidade própria do sistema territorial, sujeito a desvios quanto às estratégias a prosseguir que é necessário identificar e avaliar com rigor.

3 — Avaliação de impactes

A dimensão estratégica de um processo de avaliação está intimamente associada à monitorização de impactes, pois a implementação de objectivos concretos pode determinar a necessidade de adopção de um conjunto de decisões referentes a medidas preventivas e acções correctivas ou minimizadoras dos resultados obtidos, de forma a garantir a manutenção do equilíbrio dos sistemas envolvidos, designadamente o económico, social, ambiental e territorial.

4 — Avaliação estratégica

A dimensão estratégica do processo de avaliação tem como objectivo final implícito a melhoria dos processos decisórios e o aprofundamento das dinâmicas sociais, económicas e territoriais, sobre as quais se intervém no âmbito de um determinado território. Através da comparação entre os resultados obtidos e os objectivos estratégicos em que assentam as propostas de actuação definidas pelo PROT Algarve, poder-se-á aferir da necessidade de proceder a correcções, considerando eventuais alterações ou desvios, assim como adoptar medidas de natureza correctiva de forma que os objectivos visados sejam alcançados.

A avaliação estratégica de instrumentos cuja natureza envolva a adopção de opções com tradução espacial permite igualmente fazer uma avaliação da pertinência e da adequação das estratégias assumidas no quadro do **desenvolvimento sustentável** de uma Região, avaliar o seu estado de implementação e **definir novas estratégias** que permitam reduzir ou compensar eventuais impactes negativos decorrentes das mesmas e potenciar os aspectos positivos a elas inerentes.

O quadro de indicadores³ para a realização da avaliação estratégica deve assentar em três grandes temas:

- **Ordenamento do território**, que incide sobre as vertentes da sustentabilidade ambiental e da organização e gestão dos usos do solo, à luz do Modelo Territorial e das normas orientadoras para o uso e gestão do território;
- **Desenvolvimento regional**, que incide sobre as opções estratégicas de desenvolvimento, para verificação da respectiva adequabilidade, coerência e potencial face ao modelo de desenvolvimento proposto;
- **Qualidade de vida**, que incide na avaliação do sistema urbano, da protecção e valorização ambiental, da acessibilidade e mobilidade, visando o reforço da coesão económica, social e territorial e um posicionamento competitivo aos níveis nacional e internacional.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A MONITORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de sustentabilidade quando aplicado às cidades e regiões pode fundamentar determinados procedimentos que visam tratar de maneira mais abrangente e integrada os vários aspectos que interagem na dinâmica dos meios urbanos. Nesta perspectiva, a gestão pública deve contemplar soluções que superem o imediatismo possibilitando a construção de um curto prazo comprometido também com o longo prazo que evite o mero crescimento a crédito, que será pago pelas gerações futuras. As acções e intervenções a serem implementadas devem corresponder a uma estratégia que viabilize uma sociedade menos desigual e mais justa com a realização do potencial económico que possa gerar trabalho e rendimento num meio ambiente saudável e que respeite a capacidade de carga dos ecossistemas.

³ A CCDR Algarve definiu um conjunto de indicadores territoriais, no âmbito do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve (SIDS Algarve), que pretendem avaliar e divulgar a evolução das problemáticas ambientais e do ordenamento do território na Região.

Do estudo realizado resultou um conjunto de 50 indicadores distribuídos por 8 áreas temáticas, designadamente, ar e clima, água, natureza e biodiversidade, solos e ordenamento do território, ambientes marinhos e costeiros, resíduos, ruído e outros. Estes indicadores constituem uma base para a definição do sistema de avaliação da implementação do PROT Algarve. Embora não estabeleçam uma relação directa com os objectivos estratégicos definidos no PROT Algarve, este sistema de indicadores foi concebido para monitorizar o estado do ambiente e os efeitos das medidas de política ambiental e de ordenamento do território do Algarve e, mais genericamente, para avaliar os progressos da Região rumo ao desenvolvimento sustentável, pelo que contribuirá certamente para o acompanhamento das estratégias que visam tais objectivos.

A utilização de indicadores e índices aplicados ao sector económico vem sendo praticada em diferentes países, desde longa data. Essas informações têm proporcionado uma visão geral das condições de um dado local em relação ao nível de emprego, taxas de inflação, balança de pagamentos, dívidas do sector público, produto interno bruto, entre outros. No entanto, isoladamente, têm-se mostrado insuficientes como base de dados que permita uma apreensão completa da realidade e não apropriados para medir o desenvolvimento humano e o bem-estar social.

Nos últimos anos tem sido dada importância à implementação de indicadores que forneçam dados mais abrangentes de forma a possibilitar análises e avaliações de tendências de alteração ou de transformação no meio físico e social.⁴

É muito importante que os indicadores sejam interpretados de forma integrada com outros quesitos complementares para que se possa assegurar a consistência e a abrangência das informações obtidas. Alguns autores consideram que indicadores económicos tais como o PIB, o PNB e seus equivalentes internacionais, que vinham sendo utilizados como indicadores de qualidade de vida, acabavam por conduzir a políticas equivocadas.⁵ Além desta ampliação analítica possibilitada pela comparação entre quesitos relativos aos aspectos económicos, sociais e ambientais tem-se, também, a possibilidade de monitorizar um determinado indicador ao longo do tempo. A interpretação de uma dada condição também se amplia ao se considerar a função tempo. Pode-se obter determinados resultados para indicadores que comparados com outros locais não são satisfatórios mas que, cronologicamente, podem explicitar uma condição de melhoria progressiva.⁶

É neste contexto que a União Europeia sugere a adopção de indicadores permitindo incorporar os princípios da sustentabilidade na formulação de políticas urbanas em pequenos e médios municípios.⁷ Visa-se ainda permitir o diálogo entre os técnicos municipais e a participação da sociedade civil organizada nos processos de formulação das acções públicas por meio da obtenção de um conjunto de indicadores que possam viabilizar a monitorização da realidade urbana.

⁴ Existem diferentes definições para o significado de um indicador. Desde as mais simples que o consideram como um parâmetro que fornece as informações sobre um dado fenómeno até aquelas que atribuem significados ampliados e representatividades específicas para um indicador. De qualquer modo ele é um instrumento que deve permitir a percepção de um dado fenómeno ou de uma condição, de forma simplificada, compreensível e comparável. Alguns autores salientam também a sua importância como um sinal antecipando de algum tipo de ocorrência, ressaltando o seu carácter preventivo. Pode-se, assim, constatar algumas características dos indicadores que são essenciais na percepção do potencial que podem oferecer. Dentre elas, transparece a sua origem em dados estatísticos, o seu carácter de sintetização de informações complexas, a sua função particular de detectar fenómenos antecipadamente e a sua atribuição de ser facilmente compreensível pelos utilizadores.

⁵ Um bom exemplo desse tipo de distorção pode ser ilustrado pelo caso do derrame do petroleiro Exxon Valdez, no Alaska, há uma década atrás. Esse facto fez com que aumentasse de forma perceptível o PIB – produto interno bruto do país, em função da procura por diversos trabalhos necessários para a eliminação dos efeitos gerados por tal impacto. Neste caso os indicadores económicos eram positivos, mas os ambientais não, ilustrando claramente como a consideração de apenas um aspecto pode camuflar ou distorcer a realidade.

⁶ É sob esse ponto de vista que se considera a sustentabilidade como uma tendência ou um processo a ser permanentemente construído e avaliado não como uma condição definitiva e acabada.

O município precisa de dispor de indicadores que lhe permita ir conhecendo a evolução do concelho, determinada tanto pelas medidas e acções decorrentes da execução do plano (iniciativas públicas e licenciamento de iniciativas particulares) como variáveis exteriores não controláveis. Correia, Paulo V. D. – Os sistemas de informação local, Os PDM de 2ª geração, encontro Nacional, *policopiado*.

⁷ A Comunidade Europeia aprovou o relatório técnico para um perfil da sustentabilidade local – indicadores comuns europeus. O objectivo deste trabalho consiste na aplicação de indicadores comuns às localidades nos processos de monitorização da gestão municipal de forma a apoiá-las nos esforços para alcançar a sustentabilidade em toda a Europa e foi desenvolvido a partir do trabalho desenvolvido conjuntamente entre um conjunto de representantes de municípios e um grupo de peritos sobre o ambiente urbano. Estes indicadores não substituem outros que as autoridades locais entendam aplicar em consequência das especificidades de cada localidade mas permitem uma abordagem comum a nível da comunidade.

A INDICADORES PRINCIPAIS (obrigatórios)		Princípio n.º					
N.º	Indicador	1	2	3	4	5	6
1	Satisfação do cidadão com a comunidade local	x	x		x	x	x
2	Contribuição local para as alterações climáticas globais	x		x	x	x	
3	Mobilidade local e transporte de passageiros	x		x	x	x	x
4	Existência de zonas verdes públicas e de serviços locais	x		x		x	x
5	Qualidade do ar na localidade	x				x	x

B INDICADORES ADICIONAIS (voluntários)		Princípio n.º					
N.º	Indicador	1	2	3	4	5	6
6	Deslocação das crianças entre a casa e a escola	x		x	x	x	
7	Gestão sustentável da autoridade local e das empresas locais			x	x	x	
8	Poluição sonora	x				x	x
9	Utilização sustentável dos solos	x		x		x	x
10	Produtos que promovem a sustentabilidade	x		x	x	x	

Fonte: Para um perfil da sustentabilidade local — Indicadores comuns europeus

http://www.is.cnpm.embrapa.br/bibliografia/2000_Para_um_perfil_da_sustentabilidade_local_indicadores_comuns_europeus.pdf

PRINCÍPIOS BASE DE SELECÇÃO DOS INDICADORES REGIONAIS E SUAS LIMITAÇÕES

O processo de monitorização permite uma prestação de serviços de informação à comunidade e à gestão sustentável mas não podemos dar uma solução “pronta a vestir” porque ela não existe. A sustentabilidade não pode ser criada e imposta a um município por alguém exterior a essa comunidade. Precisa de ser desenvolvida e implementada pela comunidade ou não funcionará. Peritos exteriores poderão fornecer apoio e assistência em pontos cruciais ou ajudar a elaborar o processo, mas os verdadeiros especialistas são os cidadãos. Os cidadãos terão de ser os actores do processo que conduza à sustentabilidade das actuais e futuras gerações.

Portanto, não é possível fornecer um pacote completo de indicadores para a generalidade dos municípios, mas é possível fornecer uma informação base que é utilizada na elaboração de indicadores regionais, aqui explicitada, a completar por outros indicadores a desenvolver pelos municípios para atingir os seguintes objectivos de sustentabilidade inscritos no PROT Algarve:

- 1. Igualdade e inclusão social** (acesso de todos aos serviços básicos adequados e a bom preço, por exemplo, educação, emprego, saúde, habitação, formação, transporte, etc.);
- 2. Governo local** – participação da comunidade local no planeamento e nos processos de decisão;
- 3. Relação local/global** – satisfação das necessidades locais a nível local, da produção ao consumo e à satisfação de necessidades que não é possível satisfazer localmente de forma mais sustentável;

4. **Protecção do ambiente** – adopção de uma abordagem ecossistémica, aumentando a diversidade e reduzindo, ao mínimo, a utilização dos recursos naturais, nomeadamente dos solos, produção de resíduos e emissão de poluentes;
5. **Património cultural/qualidade do ambiente construído** – protecção, preservação e restauro/reabilitação dos valores históricos, culturais e arquitectónicos, reforçando o carácter atractivo e funcional dos espaços e edifícios em meio urbano e rural.
6. **Economia local** – adaptação das capacidades e necessidades locais de forma que ameace o menos possível os recursos naturais, o ambiente e a paisagem.

Seguidamente fornecemos alguma informação acerca dos critérios que serviu de base para a elaboração dos indicadores regionais.

CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DOS INDICADORES

Um indicador é algo que focaliza um problema ou condição. O propósito é mostrar como o sistema urbano está funcionando. Se existe um problema, um indicador poderá ajudar a comunidade a determinar qual a direcção a tomar para o resolver.⁸ Mas a escolha dos indicadores é uma matéria complexa⁹ que deve seguir alguns critérios. Um indicador não é a mesma coisa que uma indicação que, normalmente, não é quantificável mas apenas uma ideia vaga.

Os bons indicadores possuem as quatro características base a seguir indicadas:

- a) Os indicadores devem ser **relevantes** - para que um indicador seja considerado relevante, terá de demonstrar alguma coisa sobre o sistema que precisamos conhecer;
- b) Os indicadores relevantes são **fáceis de compreender**, mesmo por pessoas que não são especialistas;
- c) Indicadores relevantes são **credíveis** – podemos acreditar na informação que o indicador fornece;
- d) Por último, indicadores relevantes são **baseados em dados acessíveis** - a informação está acessível ou pode ser obtida a tempo de actuar preventivamente.

Um dos maiores problemas com a criação de indicadores de sustentabilidade consiste em que os melhores indicadores são aqueles para os quais não existem dados disponíveis, enquanto para aqueles que existem dados são os menos relevantes para medir a sustentabilidade. Este facto conduziu inúmeras instituições a escolherem fontes de dados tradicionais para a elaboração dos indicadores.

Há vantagens nos indicadores tradicionais por três razões:

1. Os dados estão disponíveis e podem ser usados para comparar diferentes municípios ou regiões;
2. Os indicadores tradicionais podem ajudar a definir áreas problema;
3. Os indicadores tradicionais podem ser combinados para criar indicadores de sustentabilidade.

⁸ Os indicadores são tão variados como os tipos de sistemas que pretendem monitorizar.

⁹ Os indicadores podem ser utilizados para monitorizar problemas complexos que não são mensuráveis directamente. Por exemplo, é impossível medir a “qualidade de vida na minha cidade” porque as pessoas poderão ter opiniões diferentes sobre este assunto. Uma forma simplificada de avaliar é o “número de pessoas que se movem para o interior das cidades comparado com o número daqueles que se movem para o exterior da mesma”.

Todavia, existe o perigo de os indicadores baseados em dados simples representarem apenas soluções tradicionais que geram a insustentabilidade. Neste caso é preferível reduzir o número de indicadores usando apenas os melhores, enquanto não forem produzidos dados que permitam criar novos indicadores.

Em conclusão - Percorrer os caminhos da sustentabilidade é encontrar o equilíbrio entre a economia, o ambiente e a coesão social, ponderando diferentes decisões que possam dar solução às necessidades, carências e ambição da comunidade.

Seleccionar o número e eleger aqueles que deverão ser os indicadores, não é uma tarefa fácil. Inicialmente caímos na tentação de formar um conjunto enorme de indicadores. O número certo de indicadores depende de muitos factores incluindo o tipo de audiência que os mesmos terão, quanto tempo estaremos disponíveis para a monitorização, o número de questões que queremos avaliar e as especificidades próprias da comunidade.

AVALIAR OS INDICADORES

Considerando que a sustentabilidade é um desígnio cujo caminho é bastante longo, os indicadores não devem focalizar-se apenas no tempo presente mas deverão incorporar a visão da região para o futuro de forma a garantir que as políticas estão a ser dirigidas na direcção certa. O planeamento deve ser encarado como um processo susceptível de ajustes, justificando-se, por vezes, alterações e calibração de indicadores de forma a aperfeiçoar e simplificar a monitorização. Para isso torna-se necessário adoptar uma metodologia.

METODOLOGIA ADOPTADA

O planeamento territorial e urbanístico dos espaços urbanos¹⁰ ao procurar ordenar as actividades humanas que se desenvolvem no território¹¹ (ex. turísticas), pode ou não incorporar princípios de sustentabilidade através de políticas específicas¹² para as necessidades de moradores e visitantes. A incoerência dessas políticas é tida como comprometedor da qualidade do ambiente e, conseqüentemente, do grau de atractividade das regiões e da sua imagem com reflexos negativos para a procura turística.¹³ Examinar quais as determinantes que influenciam esta evolução e quais as políticas

¹⁰ Entendemos por “espaço urbano” o resultado do processo social produtor de lugares habitados compreendendo as funções, o tempo histórico considerado e as dinâmicas que dão forma e significância a esse espaço. Não se trata, portanto, de um mero acto simplificado mas dum processo complexo com determinantes e efeitos. Fazer uma análise das dinâmicas de expansão urbana implica que os factores da produção e apropriação do solo sejam todos analisados e interpretados porque a cidade reflecte os interesses económicos, políticos, culturais e afectivos e cada um destes elementos está representado directa ou indirectamente.

¹¹ Fazer uma análise das dinâmicas de expansão urbana implica que os factores da produção e apropriação do solo sejam todos analisados e interpretados, porque a cidade reflecte os interesses económicos, políticos e culturais e cada um destes elementos está representado directa ou indirectamente nas formas urbanas.

¹² É largamente reconhecido que o planeamento não consiste apenas em elaborar planos. Trata-se também dum processo político para atingir um equilíbrio entre os interesses em causa, públicos e privados, ... Isto mostra a importância do papel do urbanista como mediador. (CEU 2003).

¹³ Segundo a revisão da Nova Carta de Atenas (Conselho Europeu dos Urbanistas 2003), “as mudanças radicais de governos influenciam o contexto do ordenamento e gestão das cidades”. Além disso, “as cidades forçadas a entrar na esfera da competição dos investimentos entre diferentes cidades adoptam frequentemente um estilo empresarial de gestão, com visões

que estão sendo propostas no presente para inflectir as tendências, supostamente nefastas, poderá fornecer pistas para comparar diferentes evoluções urbanas em contextos geográficos específicos e permitir a selecção das mais eficazes, uma vez que as cidades ao reflectirem as dinâmicas do sistema urbano e as acções de índole técnico-político, permitem ler, através das suas formas, as insuficiências da gestão urbanística e das correcções necessárias para que a realidade se aproxime do paradigma adoptado – sustentabilidade.¹⁴

O uso deste paradigma situa-nos perante o objecto de estudo e conduz à necessidade de encarar a cidade como um sistema aberto que requer energia exterior para manter a sua estrutura em funcionamento¹⁵. Energia que lhe é fornecida pelo território que ocupa e pelas relações de troca que estabelece com a superfície terrestre, “consumindo” solo, água e vegetação necessária para produzir oxigénio, alimentos, materiais e expelindo gases contaminantes e resíduos líquidos e sólidos para nova reciclagem e assimilação.

Esta relação não nos permite dissociar a cidade da sua envolvente, próxima ou mais afastada, o que equivale por dizer que o meio é tão importante como o sistema local, pois é naquele que a cidade se integra e se torna sustentável.¹⁶ Efectivamente, um sistema entende-se formado por elementos e pelas interacções que estabelecem a relação duns elementos com outros. “Quando um sistema conta com organismos vivos designa-se de ecossistema.¹⁷ No caso que nos ocupa o sistema chama-se “cidade” ou “espaço urbano” e, dado que a principal componente da cidade é o homem, (um organismo vivo), fica claro que os sistemas urbanos também são um ecossistema”. Rueda, (1997), ... mas não só; como diz Lynch (1981), “é uma pena o mundo não ser assim.”

Consequentemente, para que o processo de análise e compreensão dos fenómenos urbanos não se torne inoperante, não podemos apenas abordar o urbanismo com os instrumentos de análise estética ou reduzi-lo a um mero processo ecológico. A cidade deve ser avaliada segundo critérios de eficiência económica, de durabilidade ambiental e de equidade social, i.e., “temos de ver um local como um conjunto social, biológico e físico se o quisermos compreender completamente. O desenvolvimento económico e a organização espacial são interactuantes (...), porque o sistema que nos preocupa é aberto e a interdisciplinaridade indispensável na análise e no tratamento dos problemas”. (Lopes, 2001).

O mercado, o estado, as relações sociais e a economia constituem uma ordem. “A cidade parece caótica e está fragmentada, mas debaixo do caos estão ordens; a fragmentação não é aleatória”. (Marcuse, 1995). “A cidade não cresceu naturalmente nem foi o resultado inescapável de forças históricas impessoais. As cidades são construídas e conservadas por uma série de agentes: famílias, empresas industriais, promotores, investidores, departamentos reguladores e de apoio, empresas de serviços públicos e muitos outros.” (Lynch, 1981).

de curto prazo, e sobretudo objectivos ditados por aspectos financeiros, bem diferentes daqueles tradicionalmente associados à actividade dos poderes públicos locais, cuja função principal era a promoção do interesse público”.

¹⁴ Segundo Fischler (2002), a forma urbana pode ser definida como a disposição ou repartição espacial de uma população, das suas actividades e edifícios e infra-estruturas. Esta forma é condicionada por um conjunto de factores tais como a topografia, a demografia, a inovação tecnológica, as preferências das famílias e das empresas e das políticas públicas.

¹⁵ A cidade é, quase garantidamente insustentável em si mesma, justificando uma integração em espaço maior, de âmbito regional para equacionar a sua sustentabilidade.

¹⁶ “Curiosamente o urbanismo, que se debruçava sobre o espaço definido e contido da cidade, perde hoje a referência desses limites e questiona o objecto do seu estudo por todo o espaço do planeta. É pertinente perguntar se há hoje território que se coloque fora da esfera das questões urbanísticas”. (Sidónio Pardal, 1988).

¹⁷ Ecossistema pode ser definido como uma unidade natural na qual existe uma interacção entre um ambiente e um sistema biótico (ambiente, a população, a tecnologia e a organização social), isto é, um ecossistema é um conjunto formado por uma comunidade e seu habitat. (Palen, 1975).

Esta complexa personalidade obriga-nos a deambular quer pela análise sócio-política quer a utilizar conceitos de análise formal, sendo que aquela tempera a tendência para considerar o objecto de análise como o resultado de um artista solitário – o urbanista. A relação entre a análise e a elaboração técnica, de um lado, e o processo político de decisão, de outro, constitui o grande desafio para o planeamento do desenvolvimento sustentável.

São duas lógicas a serem confrontadas - a lógica política e a racionalidade técnica. Enquanto o trabalho técnico deve, fundamentalmente, gerar elementos informacionais e oferecer o suporte racional e analítico aos actores sociais para que eles possam avaliar e escolher de forma mais apropriada as alternativas, as decisões são sempre políticas, correndo-se o risco de prevalecerem interesses inconsistentes com as possibilidades concretas de sustentabilidade do desenvolvimento, i. e., ao contrário de outras disciplinas, o urbanismo não se confina numa lógica científica ou profissional, cuja doutrina poderia ser transmitida, apenas, pelo ensino universitário.

O poder de decisão tem uma importância significativa nas dinâmicas que determinam as formas urbanas, condicionando a urbanística.¹⁸

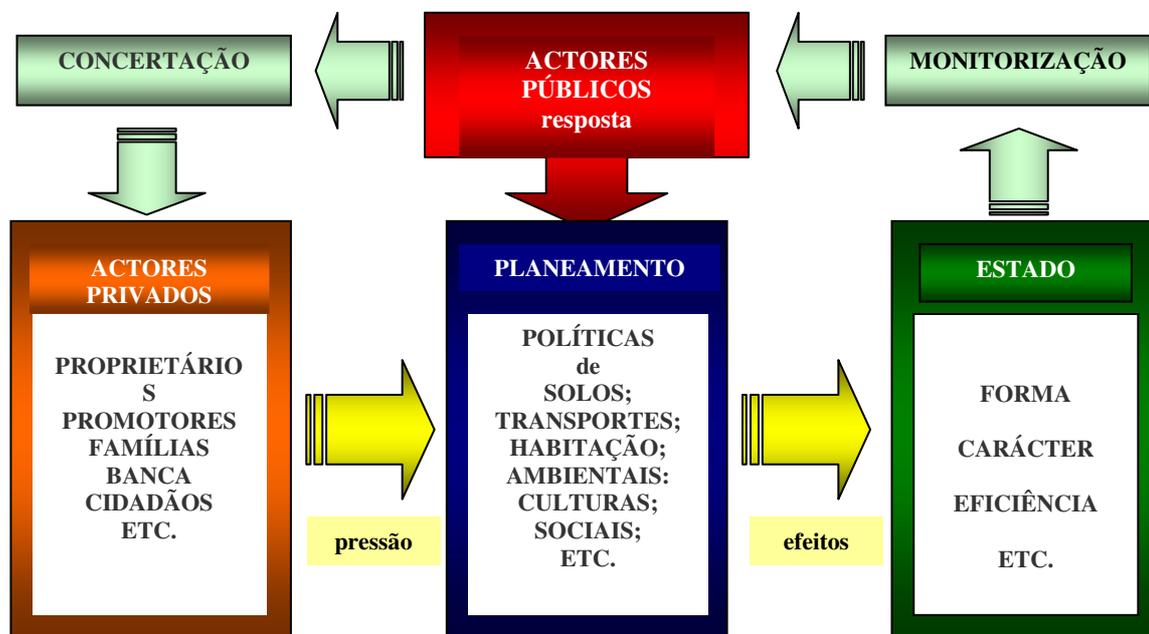
O processo de transformação do território e da cidade teve sempre origem em diferentes factores e, cada um deles contribuiu e contribui diferentemente para as dinâmicas urbanas. A identificação desses factores e o peso específico de cada um é essencial para compreendermos o que acontece no território, mesmo que a interrelação entre as práticas sociais e as políticas, que são o motor da transformação, nem sempre seja identificada.”¹⁹

Como afirma Nuno Portas (2003), “o sistema de relações fortes entre a sociedade e os seus territórios é, portanto, biunívoco: as pressões demográficas e socio-culturais fizeram explodir as fronteiras do urbano (físicas ou planeadas), e os territórios explodidos condicionam, por seu turno, as governanças, assim como as fruições dos que os habitam, usam ou exploram. Assim, ainda que o âmbito das propostas dê a primazia aos domínios entendidos geralmente como mais urbanísticos ou relativos ao ordenamento, a sua concepção ou avaliação obriga sempre ao confronto com as dinâmicas sociais e culturais e com os limites institucionais da regulação, económica, social ou ambiental”.

¹⁸ A cidade é, sobretudo, contacto, regulação, intercâmbio e comunicação. Esta é a base epistemológica sobre a qual se sustentam, depois, o resto das componentes que acabam por constitui-la. A estrutura, a forma de produzir a cidade, a paisagem urbana, a sua monumentalidade, a mobilidade, incluindo o mercado ..., são aspectos secundários ou parciais em relação com aquilo que é essencial na cidade, que é a interacção entre cidadãos e as suas actividades e instituições. (Salvador Rueda, 1997).

¹⁹ Segundo Dematteis, citado por F. Entrena (2003), “a dispersão está fortemente vinculada ao ciclo de vida urbano que apresenta, em ordem, os estágios de urbanização, suburbanização, desurbanização e reurbanização, podendo assumir-se que os mercados do solo e de habitação, bem como a possibilidade de prestação de serviços públicos básicos, são os reguladores e catalizadores da desconcentração urbana”.

Ilustração 1: Modelo de análise



Estabelecidas as relações privilegiadas entre as determinantes e os efeitos do ecossistema urbano, podemos partir para o conhecimento das influências na forma da cidade-região provocadas pelas orientações políticas e do carácter operativo da gestão urbana, do papel desempenhado pelos vários agentes e do eventual desfasamento da realidade com o nosso paradigma, baseando-nos num modelo teórico que procura simplificar, através da selecção das variáveis consideradas significativas, o evoluir do complexo fenómeno da expansão das cidades.²⁰

O caminho de monitorização explanado será sistematizado nas relações entre as determinantes, as pressões exercidas sobre o ecossistema e seu estado e as respostas adoptadas, ou não, para o corrigir. Esta abordagem adopta a metodologia DPSIR,²¹ como método para organizar informação acerca do desenvolvimento sustentável originalmente usado nos estudos sociais e utiliza um sistema de

²⁰ A monitorização também tem como finalidade testar a validade do modelo teórico e das variáveis seleccionadas.

²¹ O método DPSIR tem algumas variações como o PSR (Pressão, Estado, Resposta), (OCDE, 1994), e outras. O método apenas exige o mínimo de informação compatível e não tem de ser obrigatoriamente visível durante o relatório, i.e., sem fazer referência ao método, o relatório deve seguir a sua lógica e usar uma linguagem simples para explicar o percurso da investigação e as suas conclusões. O método não exige o cumprimento integral e separado das fases. Em alguns casos é possível agregar os dados para tornar mais compreensível a exposição, podendo os autores introduzir simplificações que se mostrem convenientes.

Pressão – caracterizam as pressões sobre os sistemas ambientais e podem ser traduzidos por indicadores de emissão de contaminantes, eficiência tecnológica, intervenção no território e de impacte ambiental;

Estado – reflectem a qualidade do ambiente num dado horizonte espaço/tempo; são, por exemplo, os indicadores de sensibilidade, risco e qualidade ambientais;

Resposta – avaliam as respostas da sociedade às alterações e preocupações ambientais, bem como à adesão a programas e/ou à implementação de medidas em prol do ambiente; podem ser incluídos neste grupo os indicadores de adesão social, de sensibilização e de actividades de grupos sociais importantes.

indicadores recolhidos nas mais diversas fontes. O método parte do pressuposto da existência de uma relação “causa-efeito” entre diferentes componentes sociais, económicas e ambientais.

As relações entre as determinantes e os seus efeitos serão avaliadas através da utilização de indicadores que isoladamente definem características sociais, ambientais e económicas, mas que agregados a um nível superior permitirão definir a eficiência da gestão territorial e urbana e a melhoria da qualidade de vida dos algarvios.



FONTES DE DADOS

Os dados para a elaboração de indicadores podem ser encontrados numa variedade de locais incluindo instituições governamentais, universidades, bibliotecas, agências especializadas, relatórios, etc. Geralmente, quanto mais localizados mais relevantes são para a região e município. Todavia, a pouca experiência das instituições locais na monitorização dos processos não nos permite, ainda, optar por este caminho. Continuamos, assim, a ter como fonte mais segura os dados do Instituto Nacional de Estatística aos quais juntamos os dados do programa Corine Land Cover e os dados do Instituto Nacional de Estatística espanhol e Junta da Andaluzia, para a comparação com Espanha, Andaluzia e província de Huelva.

A VISÃO DE REGIÃO SUSTENTÁVEL

Em lugar da tradicional imagem de sustentabilidade onde três círculos iguais se sobrepõem parcialmente, a figura onde os círculos são relativamente concêntricos dá uma melhor imagem da sustentabilidade.

Essa imagem ilustra que a economia existe inteiramente no interior da sociedade, porque a dimensão económica requer interacção entre as pessoas. Contudo, a sociedade é muito mais do que a economia. Amigos e família, música e artes, religião e ética, são elementos importantes da sociedade e não estão forçosamente dependentes da prestação de serviços empresariais.

Por outro lado, a sociedade está integrada na sua totalidade no ambiente. As nossas necessidades básicas (ar, alimentos, água e conforto visual) são supridas pelo ambiente que nos rodeia e do qual fazemos parte que, igualmente, nos fornece a energia e os mais diferentes materiais para a construção das casas, transportes e toda a espécie de produtos dos quais dependemos.

Finalmente, o ambiente envolve a sociedade. Desde um tempo bastante longínquo da história humana, o ambiente sempre condicionou a organização social. Hoje o oposto tornou-se verdadeiro: as actividades humanas pretendem condicionar o ambiente. As partes ambientais ainda não afectadas

antropicamente estão cada vez mais reduzidas. Todavia, porque as pessoas precisam de alimentos, água e ar para sobreviver, a sociedade jamais poderá dominar o ambiente.

LIMITAÇÕES DO PROCESSO DE MONITORIZAÇÃO

Esta metodologia procura minimizar duas debilidades de sistemas similares e que se prendem, por um lado, com a ambiguidade do conceito de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e cidades sustentáveis.²² Tal só é possível porque agora nós temos a possibilidade de utilizar dados baseados num critério de classificação e metodologia comuns aos diferentes países, que permitem comparar o fenómeno do uso e da transformação do solo em diferentes regiões europeias.²³

Por outro lado, não é nossa intenção encontrar um modelo óptimo de município sustentável que possa ser reproduzido mas, dependendo das condições históricas, económicas, sociais e ambientais, será possível através da utilização de um conjunto de indicadores avaliar e comparar a evolução da região e sua relação com a satisfação de algumas necessidades básicas necessárias para a qualidade de vida das populações como, por exemplo, a habitação, a paisagem, o património natural e cultural e a preservação do solo enquanto recurso não renovável.

Os nossos concidadãos sabem o que desejam e nós trabalhamos para, na medida do possível, encontrarmos soluções que satisfaçam as suas necessidades bem como as necessidades dos futuros residentes, desenvolvendo a economia e promovendo a coesão social com respeito pelo ambiente.

Por isso estes indicadores devem ser encarados, apenas, como uma base a desenvolver posteriormente e a complementar por um processo de monitorização de âmbito local, decorrente de uma escolha participada de estratégias que as circunstâncias revelem serem os mais relevantes para percorrer o caminho da sustentabilidade.

²² Que como refere Theys (2001), “dá lugar a interpretações divergentes, podendo pensar-se que a temática de “região sustentável” irá reformar o debate sobre o território e a cidade, ou concluir-se que o discurso se baseia em bons sentimentos que só servem para mascarar contradições inconciliáveis.”

²³ A ausência de dados de uso do solo comuns a diferentes países e baseados num único processo não tem permitido rigor nas análises. Em cada país é possível encontrar dados não coincidentes sobre a dimensão da artificialização do solo que não conferem segurança nas análises. Quando se tenta alargar o âmbito da análise a outros contextos geográficos através de métodos comparativos o problema agrava-se. Ou se desiste ou se limita a análise a um conjunto de cidades consideradas representativas de cada país, deixando de haver uma abrangência dos territórios. Os dados C.L.C. vieram permitir ultrapassar esta debilidade. No entanto, estes dados ainda não nos permitem afirmar com precisão a dimensão dos fenómenos urbanos porque não conseguem fazer a distinção entre uso do solo e uso no solo nos espaços rústicos, nomeadamente na quantificação da edificação dispersa.

INDICADORES DO PROT Algarve

1. Consumo de água
2. Densidade habitacional
3. Alterações no uso do solo para fins urbanos
4. Percentagem de restauro/reabilitação face a obra nova
5. Consumo anual de combustível automóvel por habitante
6. Percentagem de áreas protegidas
7. Taxa de esforço de acesso à habitação
8. Motivação da escolha do Algarve como destino turístico
9. Valorização do destino turístico do Algarve
10. Qualidade da informação municipal disponibilizada na net sobre os PMOT

**INDICADORES BASE
PARA A MONITORIZAÇÃO DO PROT ALGARVE**



Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de água – em litros por habitante/dia • Índice de área urbana por fogo/alojamento • Alterações no uso do solo para fins urbanos • Percentagem de restauro/reabilitação face a obra nova • Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/hab) • Percentagem de solo protegido por concelho
Social	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de esforço de acesso à habitação
Economia	<ul style="list-style-type: none"> • Motivação da escolha do Algarve como destino turístico • Grau de satisfação do turista
Governança	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade da informação municipal disponibilizada na net sobre os PMOT

FICHA METODOLÓGICA		INDICADOR Nº1
Designaç	ambiental	Capitação doméstica de abastecimento de água
Definição	A capitação doméstica de abastecimento de água de um concelho ou região é calculada pelo quociente entre o volume distribuído (referente ao sector doméstico e a população servida, traduzida em litros/(hab./dia).	
Objectivos	Proteger os recursos hídricos através de uma gestão equilibrada e eficiente dos espaços urbanos, agrícolas e florestais. A gestão destes espaços passa, necessariamente, pela satisfação da oferta de áreas urbanas programadas de acordo com as necessidades das diferentes actividades humanas e devidamente infra-estruturadas. Numa perspectiva integrada de ordenamento do território e de gestão dos recursos hídricos em geral, será fundamental a estabilização da estrutura do povoamento e a contenção das formas de povoamento dispersas, que deverão ser objecto de medidas de ordenamento do território específicas para áreas para-urbanas. (Plano Nacional da Água).	
Meta	Reduzir o consumo doméstico de recursos hídricos para 200 litros/hab/dia até 2015	
Enquadramento Estratégico	Gerir os recursos hídricos de forma mais racional. Integrar a reflexão sobre a economia da água potável na concepção dos projectos e fomentar a reutilização.	
ENDS	Terceiro objectivo: Melhor o Ambiente e Valorização do Património. Este objectivo visa assegurar um modelo de desenvolvimento que integre, por um lado, a protecção do ambiente, com base na conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, por forma a que o património natural seja evidenciado como factor de diferenciação positiva e, por outro, o combate às alterações climáticas que, sendo em si mesmo um desafio para diversos sectores da sociedade, deve ser encarado como uma oportunidade para promover o desenvolvimento sustentável. Tem-se em vista, também, a preservação e valorização do património construído.	
PNPOT	Objectivo estratégico 1 Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos.	
PROT Algarve	1 — Sustentabilidade Ambiental que traduz preocupações de protecção e valorização de recursos naturais e da biodiversidade.	
Questões-Chave Fundamentação	Uma política de protecção da água e uma boa gestão dos recursos hídricos, englobando as águas de superfície e as águas subterrâneas, requer uma estreita articulação com as políticas de ordenamento do território com vista à sua gestão integrada. A protecção dos recursos hídricos implica uma gestão equilibrada e eficiente dos espaços agrícolas e florestais que ocupam, respectivamente, 47% e 43% do território de Portugal Continental, o que no total, corresponde a 90% da sua superfície. (PLANO NACIONAL DA ÁGUA).	
Unidades de medida	Litros/habitante/dia	
Frequência de medição	Anual	
Forma de registo	Representação gráfico e tabela	
Método e fontes para a recolha de	INE; Anuário Estatístico da Região do Algarve	

dados

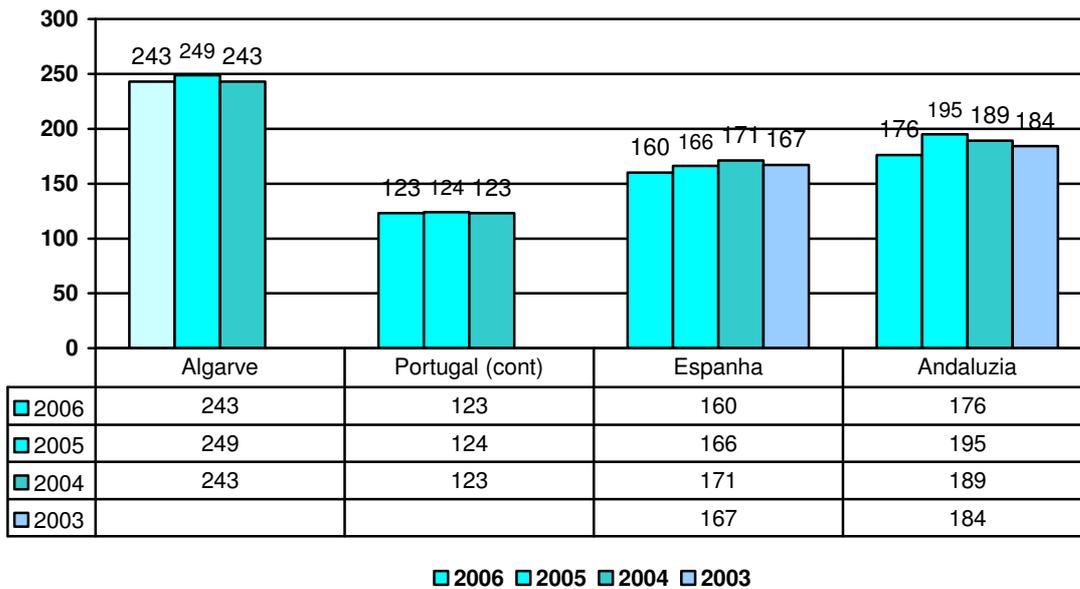
Entidade responsável

CCDR Algarve

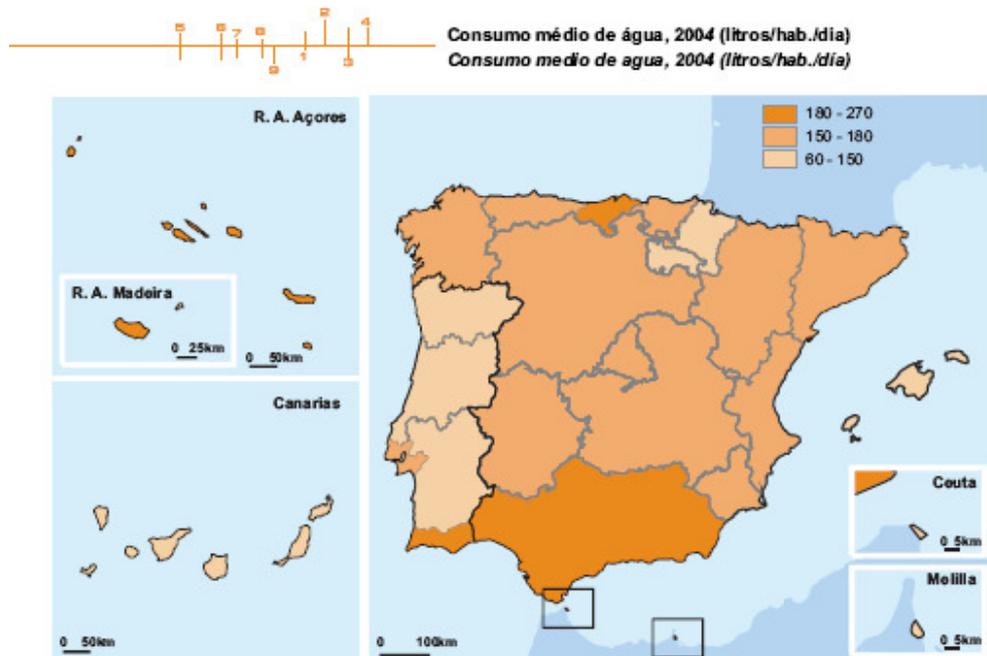
Exemplos de aplicação similares

Valência, Catalunha, Almeria, Múrcia.

Ilustração 2: Consumo de água para uso doméstico (litros/habitante/dia)



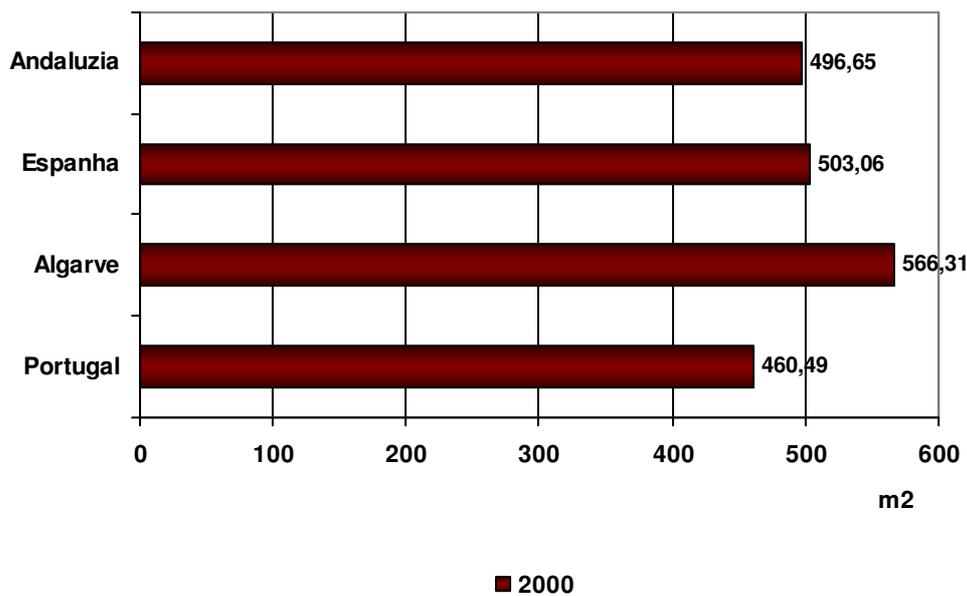
Fonte: INE – Anuário estatístico da região Algarve e INE - Encuestas del agua 2005, 2006



FICHA METODOLÓGICA		INDICADOR Nº 2
Designação	ambiental	Densidade habitacional
Definição	Densidade habitacional (D): quociente entre o número de fogos (F) e a área da superfície de solo que está afectada a este uso, sendo expressa em fogos/ha: $D=F/S$. A densidade será designada por densidade habitacional bruta quando o divisor for a superfície bruta (Sb) e por densidade habitacional líquida quando o divisor for a superfície líquida (Sl). (DGOTDU/UTL, 1990)	
Objectivos	Reduzir o uso de solo para fins urbanos, por ser um recurso não renovável.	
Meta	Compactar os espaços urbanos para que apresentem uma densidade bruta média igual ou superior a 20 fogos/ha, no ano 2015.	
Enquadramento Estratégico	Promover a urbanização programada, em continuidade com os espaços urbanos consolidados, de forma a assegurar a sua adequada infra-estruturação e dotação em equipamentos colectivos. Reutilizar e restaurar/reabilitar as estruturas edificadas existentes e obsoletas atribuindo novos usos.	
ENDS	Terceiro objectivo: Melhor o Ambiente e Valorizar o Património. Este objectivo visa assegurar um modelo de desenvolvimento que integre, por um lado, a protecção do ambiente, com base na conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, por forma a que o património natural seja evidenciado como factor de diferenciação positiva e, por outro, o combate às alterações climáticas que, sendo em si mesmo um desafio para diversos sectores da sociedade, deve ser encarado como uma oportunidade para promover o desenvolvimento sustentável. Tem-se em vista, também, a preservação e valorização do património construído.	
PNPOT	Objectivo estratégico nº 1 Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos.	
PROT Algarve	3 — <i>Estruturação Urbana</i> , através da qual se orienta o sistema urbano na perspectiva de uma melhor articulação com os espaços rurais, do reforço da competitividade territorial e da projecção internacional da Região.	
Questões-Chave	A expansão urbana é sustentável? Os espaços urbanizáveis propostos pelos planos maximizam o uso das infra-estruturas existentes e minimizam a necessidade de novas infra-estruturas?	
Fundamentação	As medidas minimizadoras dos impactes da actividade humana consistem, entre outras, no controlo sobre o uso e transformação do solo e justificam-se por um conjunto variado de factores, nomeadamente: Económico, porque não é aceitável o desaparecimento das actividades agro-florestais nem a gestão municipal sem eficiência; Social, porque não é aceitável a segregação social em função das disponibilidades financeiras das famílias; Ambiental, porque a manutenção duma paisagem ordenada e cuidada é necessária para o equilíbrio humano, implicando prudência na gestão dos recursos naturais, nomeadamente do solo, da água, dos resíduos, da qualidade do ar, do consumo de energia, eliminação do ruído, etc. Esta tripla dimensão implica que a importância do solo não se esgota na sua dimensão ecológica enquanto recurso não renovável.	

Formula de cálculo	Quociente da área urbana cartografada pela soma dos alojamentos existentes e previstos.
Unidades de medida	m ² /alojamento.
Frequência de medição	Decenal com estimativa anual.
Forma de registo (representação)	Gráfica e quantitativa
Método e fontes para a recolha de dados	Programa Corine Land Cover Digitalização das áreas urbanas de planos municipais de ordenamento do território INE: Anuário Estatístico da Região Algarve
Entidade responsável	CCDR Algarve
Exemplos de aplicação similares	Canárias e Reino Unido.

Ilustração 3: índice de área urbana + urbanizável por fogo ou alojamento (m²/alojamento)



FICHA METODOLÓGICA		INDICADOR Nº3
Designação	ambiental	Alterações na ocupação do solo para fins urbano
Definição	Este indicador reflecte a evolução das ocupações do solo no Algarve, Portugal, Andaluzia e Espanha, em função dos dados dos projectos Corine Land Cover (CLC) de 1990 e 2000. Apenas se especificam as alterações ocorridas nas superfícies artificiais.	
Objectivos	A taxa de urbanização continua a aumentar mas as densidades são relativamente baixas consumindo demasiados recursos naturais e não considerando os limiares que justifiquem e rentabilizem determinados equipamentos e serviços.	
Meta	Colmatar e consolidar a totalidade dos espaços urbanos existentes de forma que os espaços urbanos contínuos representem 0,5% no ano 2015. Tornar os aglomerados urbanos mais compactos, através de um processo de consolidação e edificação dos espaços urbanizados.	
Estratégia	Impõe-se que as necessidades de espaço para os novos residentes e actividades seja satisfeita através da densificação e reutilização dos espaços urbanos e estruturas já existentes, em detrimento de processos de expansão urbana que acarretam pressões sobre os espaços rústicos e a paisagem que terão de ser minimizados, tanto mais que a forma de crescimento recente da cidade apresenta-se fragmentada e difusa, revelando ausência de programação na gestão urbanística e intervenção no mercado de solos e habitação.	
ENDS	Terceiro objectivo: Melhor Ambiente e Valorização do Património. Este objectivo visa assegurar um modelo de desenvolvimento que integre, por um lado, a protecção do ambiente, com base na conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, por forma a que o património natural seja evidenciado como factor de diferenciação positiva e, por outro, o combate às alterações climáticas que, sendo em si mesmo um desafio para diversos sectores da sociedade, deve ser encarado como uma oportunidade para promover o desenvolvimento sustentável. Tem-se em vista, também, a preservação e valorização do património construído.	
PNPOT	Objectivo estratégico nº 3 Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais.	
PROT Algarve	3 — <i>Estruturação Urbana</i> , através da qual se orienta o sistema urbano na perspectiva de uma melhor articulação com os espaços rurais, do reforço da competitividade territorial e da projecção internacional da Região	
Questões-chave	Como evoluem e quais são as configurações dos espaços urbanos? Contínuos ou descontínuos?	
Fundamentação	Segundo a Comissão Europeia ²⁴ , a expansão urbana sustentável deverá ser concentrada no interior ou na continuidade das actuais cidades ou subúrbios que estejam, ou possam vir a estar, bem servidos de transportes públicos e, preferencialmente, deverão ter uma proximidade de habitação e emprego que permita deslocações pedonais. Simultaneamente, deverá contribuir para uma elevada qualidade estética, construtiva e ambiental, respeitando o espírito do lugar, isto é, um lugar com espírito positivo e distinto, com densidade equilibrada, bem mantido, sem barreiras arquitectónicas e com	

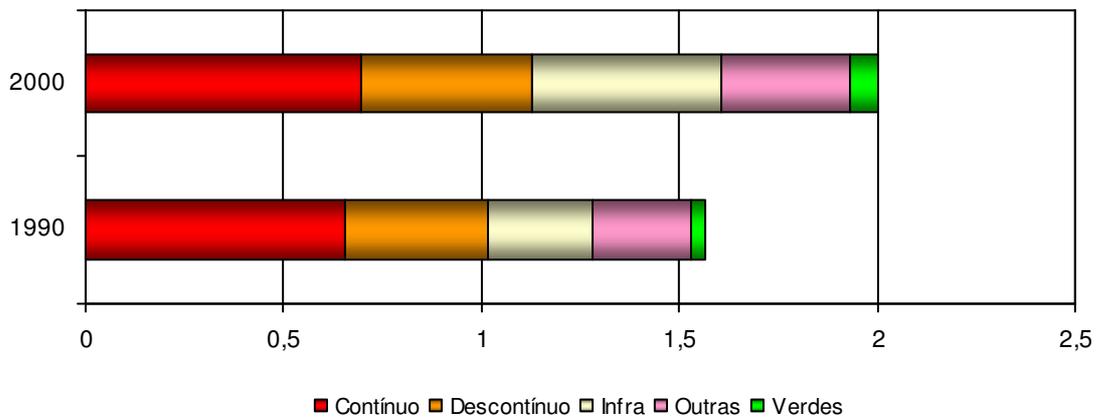
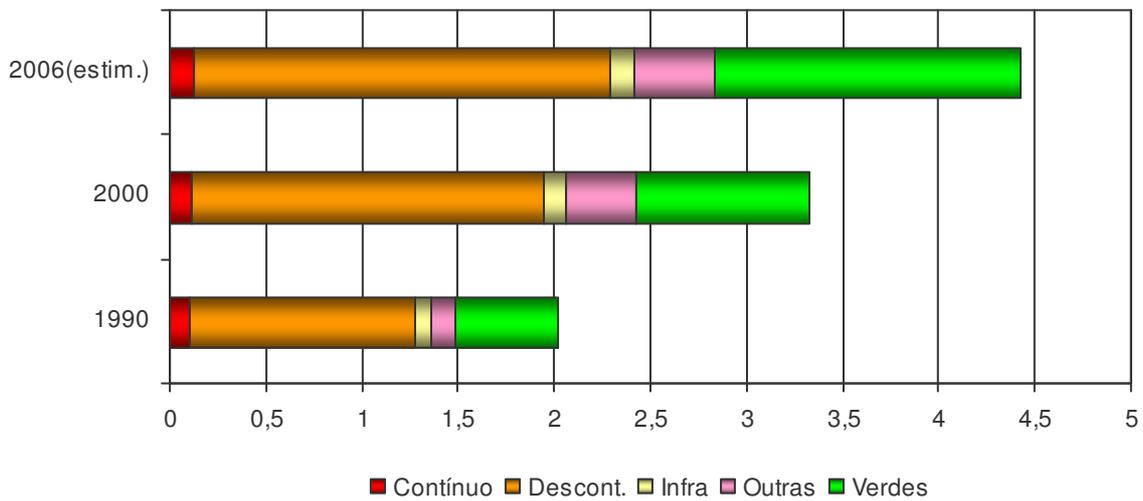
²⁴ Livro Verde sobre o Ambiente Urbano (1991), e Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (1999).

equipamentos e espaços verdes bem dimensionados para todos, incluindo crianças e idosos, com usos mistos e edifícios duráveis, multiusos e adaptáveis.

A expansão urbana deverá contribuir para suportar uma economia próspera geradora de empregos e negócios com um eficiente uso de recursos actuais e futuros (energia, solo, água), protecção dos riscos naturais e biodiversidade, qualidade do ar, ruído, qualidade da água, e tendo em consideração as necessidades das gerações futuras.

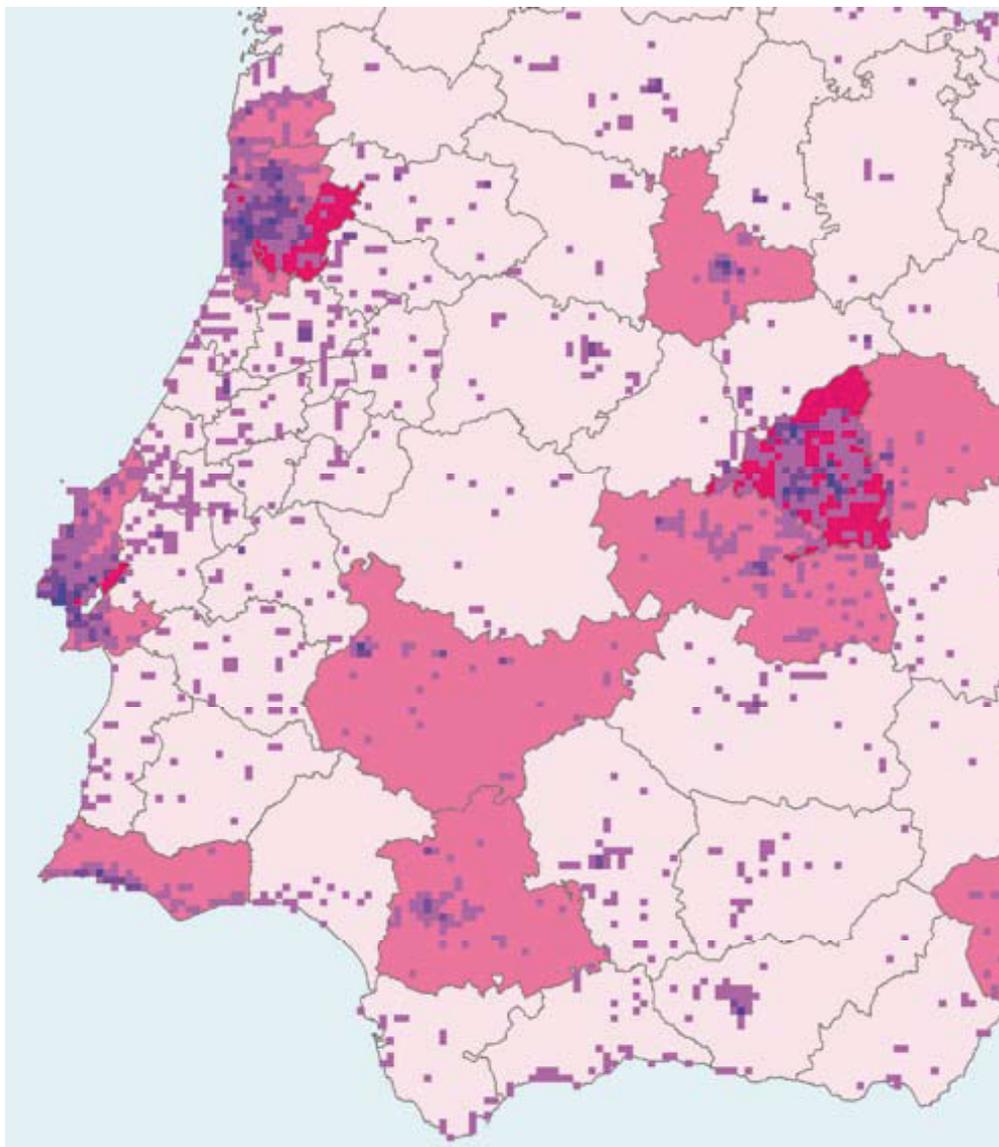
Fórmula de cálculo	Os dados são apresentados tal e qual são fornecidos pelas fontes
Frequência de medição	Quinquenal baseada nos dados do CLC e estimativa anual através de medição das densidades propostas para as áreas urbanizáveis dos PMOT
Forma de registo	Representação gráfica e tabela da percentagem da superfície face ao total do território base.
Método e fontes para a recolha de dados	O projecto CLC cartografou através de satélite a superfície europeia em duas ocasiões, a primeira em 1990 e de novo no ano 2000. Actualmente já iniciou o processo do próximo CLC que se realizará em 2007 com imagens de 2006. Através do SIG da CCDR Algarve será possível estimar anualmente a evolução das alterações urbanas.
Entidade responsável	CCDR Algarve
Exemplos de aplicação similares	Reino Unido, Holanda, Canárias, Canadá,

Ilustração 4: ALGARVE - Alterações do uso do solo urbano (em percentagem)



Fonte: Cambio de ocupación del suelo en España: implicaciones para la sostenibilidad. Principales resultados a nivel nacional y por Comunidades Autónomas

Ilustração 6: Comparação regional da intensidade da expansão urbana



Note: Map showing values for urban residential sprawl 1990–2000 (LCF2) computed according to a regional breakdown based on administrative units (NUTS 3) and an accounting grid at 1 km x 1 km resolution for southern Portugal and southwest Spain. Only those cells of the accounting grid that show urban residential sprawl are shown. The legend indicating the extent of residential urban sprawl in each unit is common to the two ways of mapping the land cover flow.

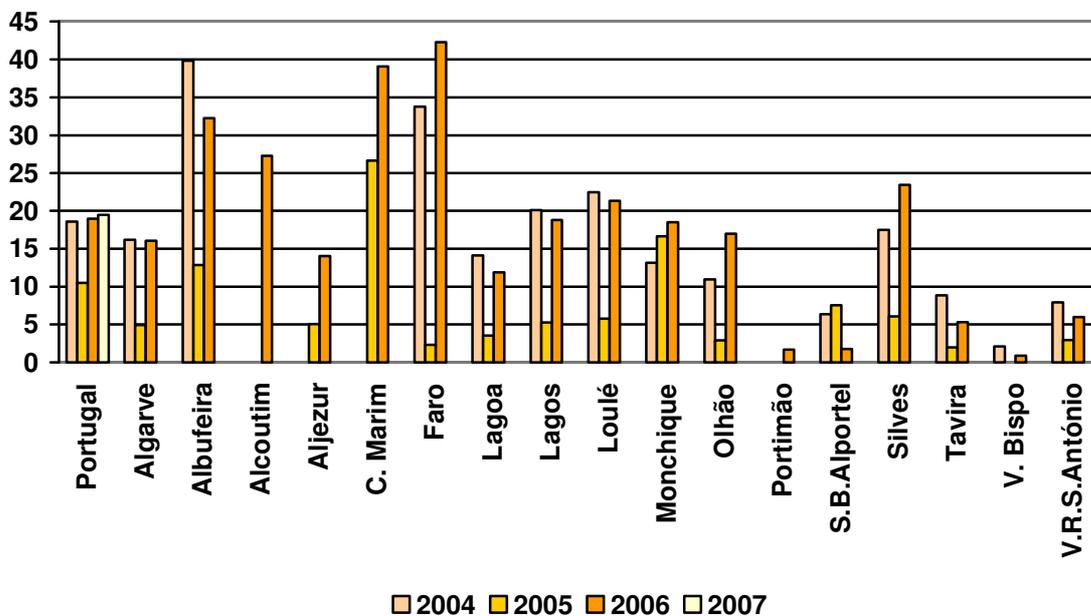
Fonte: Land accounts for Europe 1990–2000

FICHA METODOLÓGICA		INDICADOR Nº 4
Designação	ambiente	Percentagem de restauro/reabilitação
Objectivos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Protecção, salvaguarda, valorização e fruição do património cultural histórico-arqueológico e arquitectónico como factor de desenvolvimento, reconhecendo o seu valor como elemento de originalidade, diferenciação e afirmação de identidade e memória da Região; 2. Definir uma política regional de salvaguarda, conservação, restauro, recuperação, valorização e divulgação de monumentos, sítios arqueológicos e conjuntos urbanos e equipamentos. 	
Meta	Atingir 30% de restauro/reabilitação no ano 2015.	
Estratégia	Promover o restauro/reabilitação dos edifícios de modo a salvaguardar o património cultural e a identidade do Algarve.	
ENDS	Terceiro objectivo: Melhor Ambiente e Valorização do Património. Este objectivo visa assegurar um modelo de desenvolvimento que integre, por um lado, a protecção do ambiente, com base na conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, por forma a que o património natural seja evidenciado como factor de diferenciação positiva e, por outro, o combate às alterações climáticas que, sendo em si mesmo um desafio para diversos sectores da sociedade, deve ser encarado como uma oportunidade para promover o desenvolvimento sustentável. Tem-se em vista, também, a preservação e valorização do património construído.	
PNPOT	Objectivo estratégico nº 1 Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos.	
PROT Algarve	<i>5 — Salvaguarda e Valorização do Património Cultural Histórico-Arqueológico</i> , que traduz o reconhecimento do potencial de aproveitamento deste recurso territorial.	
Perguntas	Qual a percentagem de edifícios existentes com data de construção anterior a 1945? Quantos foram demolidos na última década? Os edifícios existentes são reabilitados?	
Contexto	O património arquitectónico constitui uma expressão insubstituível da riqueza e da diversidade do património cultural da região do Algarve, um testemunho inestimável do nosso passado e um bem comum a todos os que aqui residem e nos visitam. Contribui ainda para o carácter e imagem da região. Todavia assiste-se à sua destruição a tal ponto que, em 2001, apenas 18% dos edifícios tinha data de construção anterior a 1945.	
Unidades de medida	Percentagem de edifícios alterados, remodelados e reconstruídos face ao total de edifícios concluídos.	
Frequência de medição	Anual.	
Forma de registo (representação)	Percentagem de edifícios reutilizados face ao total de edifícios.	
Método e fontes para a recolha de dados	INE, estatísticas da construção e habitação	
Exemplos de aplicação similares	Évora, Guimarães, Sevilha, Córdova, Mérida, Salamanca, etc.	

Palavras-chave

Património Arquitectónico, restauro, reabilitação, carácter, espírito de lugar

Ilustração 7: Ampliações, alterações e reconstruções de edifícios concluídas por município (em percentagem)



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região do Algarve

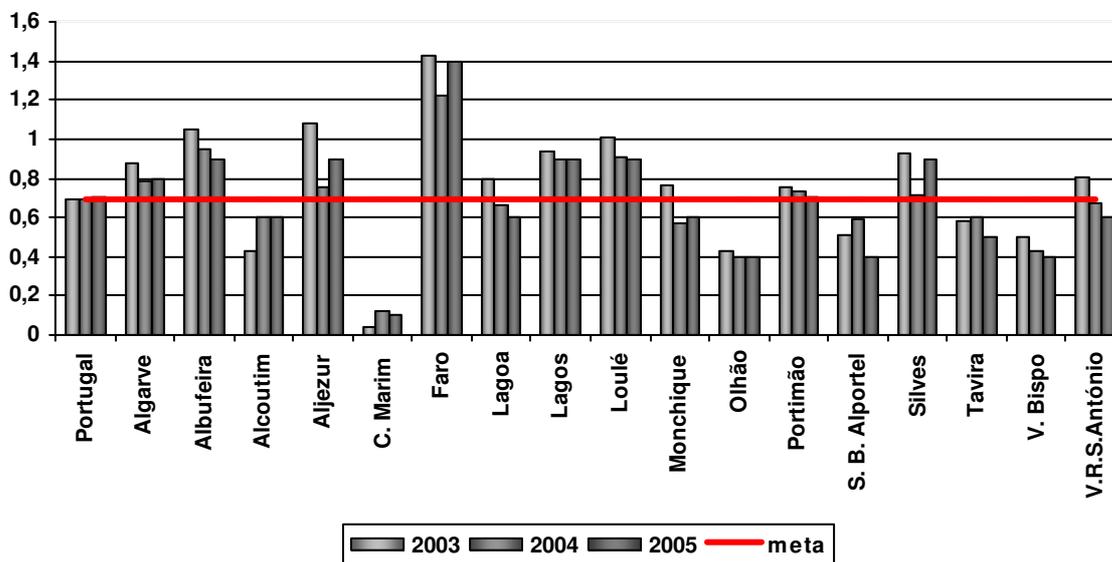
FICHA METODOLÓGICA		INDICADOR Nº 5
Designação	ambiental	Consumo anual de combustível automóvel (tep/hab)
Objectivo	Contribuir para a luta contra as alterações climáticas gerindo a energia de forma mais racional. Limitar a pressão sobre os recursos naturais e reduzir a poluição.	
Meta	Até 2015 reduzir o consumo anual de combustível automóvel por habitante para o valor médio nacional.	
Estratégia	Promover o debate e a reflexão sobre a necessidade de economizar a energia sensibilizando os cidadãos para alterarem os comportamentos individuais e utilizarem meios de transporte colectivos amigos do ambiente, a implementar pela Administração Pública.	
ENDS	Terceiro objectivo: Melhor Ambiente e Valorização do Património. Este objectivo visa assegurar um modelo de desenvolvimento que integre, por um lado, a protecção do ambiente, com base na conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, por forma a que o património natural seja evidenciado como factor de diferenciação positiva e, por outro, o combate às alterações climáticas que, sendo em si mesmo um desafio para diversos sectores da sociedade, deve ser encarado como uma oportunidade para promover o desenvolvimento sustentável.	
PNPOT	Objectivo estratégico 1 Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos	
PROT Algarve	1 — Sustentabilidade Ambiental, que traduz preocupações de protecção e valorização de recursos naturais e da biodiversidade	
Perguntas	Os espaços urbanizáveis propostos minimizam a dependência do automóvel e promove outras formas de transporte?	
Contexto	<p>Os principais problemas causados pela “explosão” dos transportes motorizados estão identificados há muito. Sabe-se que a poluição atmosférica e sonora, os elevados consumos de energia e uma incorrecta planificação urbanística são permanentemente identificados quando se fala neste sector da nossa sociedade. Durante as últimas décadas, a expansão urbana provocou uma modificação na organização das cidades que se traduziu numa especialização funcional dos espaços urbanos (terciário no centro da cidade e habitação na periferia e no espaço rural). Esta separação física entre as zonas implicou a construção de vias de ligação e o incremento do tráfego rodoviário.</p> <p>A crença na adaptação da cidade ao automóvel não previu o congestionamento das vias que jamais foram pensadas para o automóvel. Este invadiu o espaço público, fazendo impor a lei do mais forte sobre o mais fraco, descaracterizou o ambiente urbano e provocou poluição visual e sonora.</p>	
Unidades de medida	Tep: tonelada equivalente de petróleo	
Frequência de medição	Anual	
Forma de registo (representação)	Gráfica	
Método e fontes para a recolha de	INE; Anuário Estatístico da Região do Algarve	

dados

Exemplos de aplicação similares Holanda, Reino Unido, França

Palavras-chave Consumo de energia, alterações climáticas

Consumo de combustível automóvel (tep./hab.)



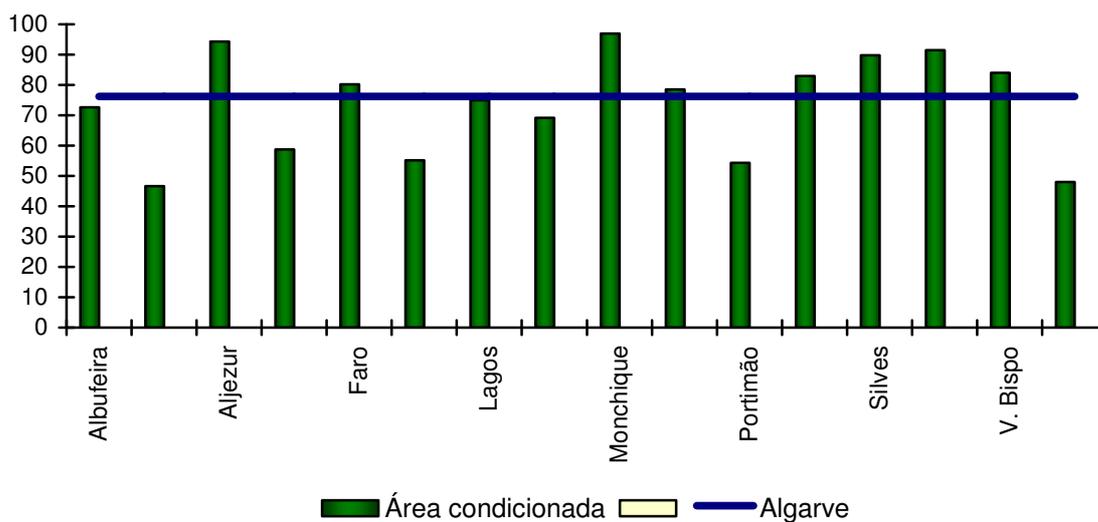
Fonte: INE, Anuários Estatístico da Região do Algarve (Tep: tonelada equivalente de petróleo)

Para efeitos de contabilidade energética é necessário converter para a mesma unidade os consumos e/ou produções de todas as formas de energia. A unidade usualmente utilizada para o efeito é a tonelada equivalente de petróleo que, como o nome indica, é o conteúdo energético de uma tonelada de petróleo indiferenciado. Para efeitos de equivalência, deverão adoptar-se os seguintes valores: a) 1000 litros de gasóleo = 0,835 t, b) 1000 litros de petróleo = 0,783 t, c) 1000 litros de gasolina super = 0,750 t, d) 1000 litros de gasolina normal = 0,720 t.

FICHA METODOLÓGICA		INDICADOR Nº 6
Definição	ambiental	Percentagem de solo protegido
Objectivos	Através do sistema ambiental pretende-se garantir a estrutura e função dos sistemas naturais, promover a conservação da natureza e da biodiversidade, assegurando a articulação recíproca com as actividades sócio-económicas, recuperar a qualidade da paisagem e garantir a disponibilidade de recursos para o desenvolvimento. Neste sentido o modelo territorial incorpora como elementos fundamentais do sistema ambiental a Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental, a Estrutura Hidrográfica Fundamental e a salvaguarda dos recursos hídricos, estabelecendo normas orientadoras para estas áreas.	
Meta Estratégia	As orientações estratégicas relativamente ao ambiente visam a consolidação de um modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável, que considere a conservação da natureza e da biodiversidade como factor de oportunidade no desenvolvimento das actividades sócio-económicas.	
ENDS	Terceiro objectivo: Melhor o Ambiente e Valorizar o Património. Este objectivo visa assegurar um modelo de desenvolvimento que integre, por um lado, a protecção do ambiente, com base na conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, por forma a que o património natural seja evidenciado como factor de diferenciação positiva e, por outro, o combate às alterações climáticas que, sendo em si mesmo um desafio para diversos sectores da sociedade, deve ser encarado como uma oportunidade para promover o desenvolvimento sustentável. Tem-se em vista, também, a preservação e valorização do património construído.	
PNPOT	Objectivo estratégico 1 Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos.	
PROT Algarve	1 — Sustentabilidade Ambiental, que traduz preocupações de protecção e valorização de recursos naturais e da biodiversidade.	
Perguntas	Os habitats naturais, a reserva agrícola e a reserva ecológica são preservados?	
Contexto	A expansão e dispersão das áreas urbanas e urbanizáveis para as zonas rurais tem levado à redução dos espaços agrícolas e florestais ou de regeneração natural. Os recursos naturais são a base para os sistemas de vida (humanos) e proporcionam solo, energia, água e possibilidade de realização para todos os tipos de actividade humana. Em áreas urbanas em rápido crescimento a preservação do ambiente é crescentemente dificultado pelas exigências conflituosas da indústria, da habitação, do comércio, da agricultura, das estruturas de propriedade fundiária e da necessidade de espaços abertos ²⁵ . Nas zonas rurais, práticas insustentáveis como a exploração intensiva agrícola e a invasão de florestas e áreas ecologicamente frágeis como consequência de interesses comerciais, têm como resultado a degradação ambiental.	
Unidades de medida	Hectares de solo afecto à RAN + REN + Rede Natura 2000, e Parques Naturais em Percentagem	

Frequência de medição	Anual
Forma de registo (representação)	Gráfica em percentagem da área do concelho.
Método e fontes para a recolha de dados	Cartografia digital georeferenciada e CCDR
Exemplos de aplicação similares	Reino Unido, Holanda, França, Espanha, Andaluzia
Palavras-chave	Uso do solo, biodiversidade, paisagem

Ilustração 8: Percentagem de áreas protegidas por concelho



Fonte: CCDR Algarve

FICHA METODOLÓGICA		INDICADOR Nº 7
Designação	social	Taxa de esforço de acesso à habitação
Objectivos	.Mesmo conhecendo a dificuldade em acompanhar sistemas complexos e em constante mudança como as dinâmicas habitacionais é impossível decidir ajustadamente sem um sistema de acompanhamento e de monitorização que analise o sistema de acção, a execução e o impacte das medidas e co-produzir com os actores locais uma visão e uma estratégia para as políticas de habitação, reconhecendo a diversidade municipal e inter-municipal e a acumulação de experiência autárquica em termos de planeamento e execução de políticas públicas contextualizadas. Acrescente-se que o conhecimento e a reflexão sobre esta informação permite aumentar a reflexividade dos vários actores sociais e ir gerando culturas organizacionais e solidariedades muito úteis para a concretização das políticas de habitação.	
Meta	Garantir o direito constitucional a uma habitação condigna e compatível com os rendimentos familiares através da diminuição da taxa de esforço das famílias no pagamento dos encargos para valores que não ultrapassem os 30% do rendimento bruto do agregado familiar, em 2015.	
Estratégia	Promover a construção a custos controlados e o arrendamento social em conformidade com a Lei de solos (Decreto-Lei n.º 794/76 de 05-11-1976) <i>Artigo 6.º</i> <i>1. Na execução de qualquer plano de expansão, desenvolvimento ou renovação urbanas, ou de novos aglomerados, serão sempre fixados os números ou pertencentes dos fogos a construir, sujeitos a fixação ou controle dos valores das rendas ou dos preços de venda, além dos destinados a habitação social.</i>	
ENDS	Quarto objectivo: Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social. Este objectivo estratégico visa a garantia da satisfação das necessidades básicas na área da saúde, educação, formação, cultura, justiça e segurança social, de modo a favorecer a qualidade de vida num quadro de coesão, inclusão, equidade e justiça social, bem como de sustentabilidade dos sistemas públicos de protecção social.	
PNPOT	Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.	
PROT Algarve	O solo, enquanto recurso territorial, bem de consumo e factor de produção, e os direitos e obrigações dos agentes que sobre ele actuam, requerem um quadro de referência para a respectiva gestão, integrado no processo de planeamento e gestão municipais, numa abordagem contínua e resultante de uma atitude estratégica. Nesta atitude, há que conciliar vias para a gestão eficiente de um recurso escasso com preocupações de ordem social.	
Perguntas	Que qualidade de vida tem a população? <i>“A gestão urbanística e o desenho urbano promovem a integração e a coesão social? O facto da região ser especializada em actividades como a hotelaria, a restauração, o comércio a retalho e a construção, influencia negativamente o rendimento per capita, dado que estes sectores permanecem, tradicionalmente, associados a baixos níveis de qualificação do emprego e, assim, das próprias empresas.”</i> (Competitividade territorial e a coesão económica e social – Volume 3 –região do Algarve, pág. 29)	
Contexto	O acesso à habitação segura e saudável é essencial para o bem-estar físico, psicológico, social e económico das pessoas, devendo ser parte fundamental	

das actividades de gestão urbanística. O direito a habitação adequada enquanto direito humano fundamental está consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais e na nossa Constituição. Apesar do incremento havido na construção de novos fogos, na última década, sabe-se que as camadas mais desfavorecidas não dispõem de habitações seguras e saudáveis e que, caso não se tomem as medidas adequadas, jamais as obterão.

Unidades de medida	Taxa de esforço: Relação (em percentagem) entre um duodécimo do rendimento anual bruto do agregado familiar e a prestação mensal de crédito. (Ex. para um rendimento anual de 6.000,00 Euros e uma prestação mensal de 250,00 Euros, a taxa de esforço é de 50%).
Frequência de medição	Anual
Forma de registo (representação)	Gráfica e tabela - Representação da Taxa ou Grau de esforço. Indicador dado pelo rácio entre o serviço de dívida - juros e amortização do(s) empréstimo(s) – e o rendimento disponível num determinado período.
Método e fontes para a recolha de dados	Simulação do valor da amortização em www.bpiimobiliario.pt utilizando os dados fornecidos pelo INE relativos ao Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação e ganho médio bruto mensal dos trabalhadores por conta de outrem. INE: Fincas urbanas. Hipotecas anuais por provincias, entidad que concede el préstamo y número e importe. INE: Encuesta Anual de Estructura Salarial
Exemplos de aplicação similares	Holanda, Espanha
Palavras-chave	Coesão e integração social

Ilustração 9: Taxa de esforço de acesso à habitação

	4º 2002	4º 2003	4º 2004	4º 2005	4º 2006	4º 2007	4º 2008	4º 2009
avaliação bancária								
Portugal	1.063,00 €	1.172,00 €	1.209,00 €	1.237,00 €	1.245,00 €	1.230,00 €	1.152,00 €	
Algarve	1.251,00 €	1.414,00 €	1.467,00 €	1.487,00 €	1.575,00 €	1.577,00 €	1.448,00 €	
Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem								
Portugal	817,39 €	849,56 €	877,46 €	907,24 €	934,00 €	961,55 €	989,91 €	
Algarve	710,00 €	746,74 €	768,32 €	793,37 €	817,80 €	841,92 €	866,75 €	
prestação mensal								
Portugal	370,07 €	408,02 €	420,90 €	430,65 €	433,44 €	428,22 €	401,06 €	
Algarve	435,53 €	492,28 €	510,73 €	517,69 €	548,32 €	549,02 €	504,11 €	
taxa de esforço								
Portugal	22,64%	24,01%	23,98%	23,73%	23,20%	22,27%	20,26%	
Algarve	30,67%	32,96%	33,24%	32,63%	33,52%	32,61%	29,08%	

- O montante do financiamento é igual a 85% do valor do imóvel;
- A simulação calcula o valor da mensalidade de um crédito à habitação destinada a habitação própria permanente, excluindo as despesas decorrentes;
- A simulação assume um casal com rendimento equivalente a duas mensalidades médias, uma idade de 25 anos e um prazo de amortização de 25 anos;
- As prestações são constantes.

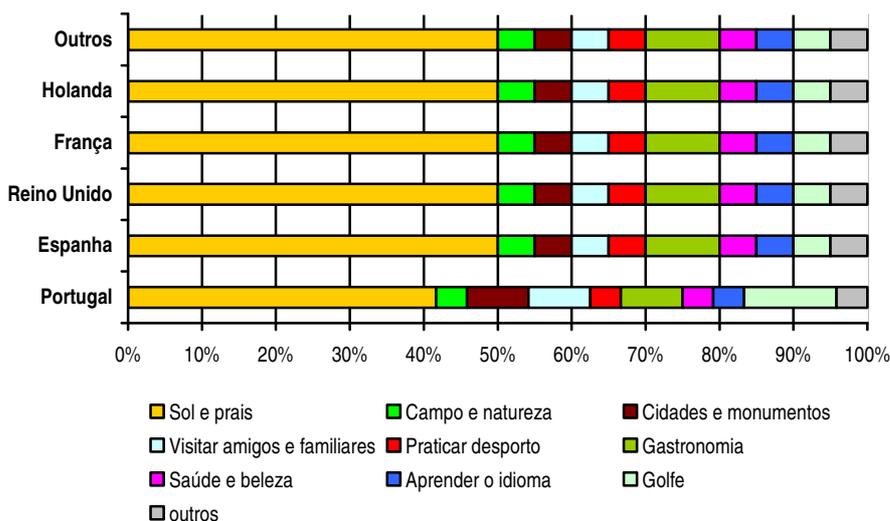
Fontes:

INE Estatístico da Região Algarve 2008, 2007, 2006, 2005, 2004, 2003,
INE - Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação, destaques
BPI – Crédito à habitação, <http://www.bancobpi.pt/pagina.asp>

FICHA METODOLÓGICA		INDICADOR Nº8
Designação	económico	Motivação da escolha do Algarve como destino turístico
Objectivos	Qualificar e diversificar o <i>cluster</i> turismo/lazer	
Meta	A definir uma valorização média após os primeiros resultados de 2008)	
Estratégia	Articular, a nível regional, as diferentes políticas de desenvolvimento sectorial com incidência espacial, com destaque para as políticas do turismo, da agricultura, das acessibilidades e transportes, das cidades, da salvaguarda e valorização do património arquitectónico e arqueológico e do ambiente.	
ENDS	Segundo objectivo: Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética. Pretende-se um crescimento mais rápido da economia portuguesa, potenciado pelo desenvolvimento de um comportamento responsável por parte dos agentes económicos, que permita retomar a dinâmica de convergência, assente num crescimento mais significativo da produtividade associado a um forte investimento nos sectores de bens e serviços transaccionáveis, o que, para ser compatível com a criação de emprego, exige uma mudança no padrão de actividades do País, num sentido mais sintonizado com a dinâmica do comércio internacional, aproveitando e estimulando as suas possibilidades endógenas.	
PNPOT	Implementar uma estratégia que promova o aproveitamento sustentável do potencial turístico de Portugal às escalas nacional, regional e local.	
PENT	<p>Os países e as cidades estão a aumentar a sofisticação da sua oferta, competindo em todo o ciclo do turista (notoriedade/promoção, motivações, acessibilidade, experiência local) para atrair e fidelizar turistas</p> <p>As alterações no comportamento dos turistas, já referidas anteriormente, estão a levar a que os vários destinos (países, regiões, cidades) aumentem a sofisticação da oferta para atrair e fidelizar turistas. Quanto aos produtos oferecidos, tem existido uma evolução no sentido da diversificação, através de ofertas diferenciadoras e inovadoras, para dar resposta às múltiplas motivações dos turistas.. Finalmente, verifica-se uma actuação dirigida à qualidade do serviço, do ambiente, do espaço urbano e do ordenamento do território, no sentido de melhorar a experiência local.</p>	
PROT Algarve	4 — <i>Qualificação e Diversificação do Turismo</i> , com o objectivo fundamental de melhorar a competitividade e a sustentabilidade do <i>cluster</i> turismo/lazer, evoluindo para uma oferta de maior qualidade e para uma maior diversidade de produtos turísticos	
Perguntas	<p>Comos questões básicas:</p> <p>Quais as motivações principais para a escolha do Algarve como destino turístico?</p>	
Contexto	Monitorizar e avaliar a adequação das políticas propostas para o alcance dos objectivos do Plano, recomendando, quando tal não aconteça, o seu eventual ajustamento ou revisão, designadamente em matéria dos limites fixados para o número de camas da região ou outros ajustamentos a fazer no sistema de turismo	
Unidades de medida	Porcentagem	

Frequência de medição	Anual
Forma de registo (representação)	Gráfica sobre os seguintes itens: Motivações principais da viagem ao Algarve (por nacionalidade e em percentagem) <ul style="list-style-type: none"> • Campo e natureza; • Sol e praia; • Cidades e monumentos; • Visitar amigos e familiares; • Praticar desporto; • Gastronomia; • Saúde e beleza; • Aprender o idioma; • Outro.
Método e fontes para a recolha de dados	Inquérito a turistas nacionais e estrangeiros. Os turistas estrangeiros serão divididos por nacionalidades (espanhóis, belgas, alemães, britânicos, irlandeses, holandeses, italianos, outros), porque existem diferenças entre as motivações principais de quem viaja a destinos estrangeiros face à procedência. O perfil do turista também influencia as motivações na escolha do destino turístico. A quantidade de elementos a incluir no inquérito será analisada com especialistas do sector.
Exemplos de aplicação similares	Balance del Año Turístico en Andalucía
Palavras-chave	Qualificação destino turístico

Ilustração 10: Motivações principais da última viagem ao estrangeiro.



FICHA METODOLÓGICA		INDICADOR Nº9
Designação	económico	Valorização do destino turístico do Algarve
Objectivos	A reestruturação e valorização da base económica regional, a começar pela qualificação e diversificação do turismo e dos serviços por este induzidos, é condição necessária para o desenvolvimento da Região.	
Meta	A definir um valor médio após os primeiros resultados	
Estratégia	Articular e qualificar, a nível regional, as diferentes políticas de desenvolvimento sectorial com incidência na qualificação do turismo, nomeadamente a agricultura e a gastronomia, as acessibilidades e transportes, as cidades, a salvaguarda e valorização do património arquitectónico e arqueológico e o ambiente.	
PNPOT	Implementar uma estratégia que promova o aproveitamento sustentável do potencial turístico de Portugal às escalas nacional, regional e local.	
PROT Algarve	4 — <i>Qualificação e Diversificação do Turismo</i> , com o objectivo fundamental de melhorar a competitividade e a sustentabilidade do <i>cluster</i> turismo/lazer, evoluindo para uma oferta de maior qualidade e para uma maior diversidade de produtos turísticos;	
Questões	Avaliação da experiência turística no Algarve. Pretende-se saber se as expectativas dos turistas, relativamente ao destino Algarve, foram satisfeitas e quais os aspectos mais valorizados da oferta turística algarvia.	
Contexto	Avaliar os impactos das estratégias tendo em vista a optimização dos recursos turísticos e a imagem do Algarve. Monitorizar e avaliar a adequação das políticas propostas para o alcance dos objectivos do Plano, recomendando, quando tal não aconteça, o seu eventual ajustamento ou revisão, designadamente em matéria dos limites fixados para o número de camas da região ou outros ajustamentos a fazer no sistema de turismo;	
Unidades de medida	Valorização média dos critérios numa escala de 1 a 10	
Frequência de medição	Anual	
Forma de registo (representação)	Gráfica sobre os seguintes itens: Os turistas serão convidados a demonstrar o seu grau de satisfação através da valorização (escala de um a dez) dos seguintes aspectos: <ol style="list-style-type: none"> 1. Qualidade do alojamento hoteleiro; 2. Qualidade da paisagem rural; 3. Qualidade da paisagem urbana e monumentos; 4. Qualidade do ordenamento do território e urbanismo; 5. Qualidade da limpeza urbana; 6. Qualidade dos níveis de ruído; 7. Qualidade da restauração; 8. Qualidade do acolhimento e simpatia algarvia; 9. Qualidade dos parques naturais; 10. Qualidade da animação cultural; 11. Qualidade das praias; 12. Qualidade dos serviços de saúde; 13. Segurança do turista; 14. Segurança rodoviária das estradas; 15. Qualidade dos transportes públicos colectivos; 	

- 16. Qualidade do serviço de táxis;
- 17. Relação qualidade/preço.

Método e fontes para a recolha de dados

Inquérito a turistas nacionais e estrangeiros. Os turistas estrangeiros serão divididos por nacionalidades (espanhóis, belgas, alemães, britânicos, irlandeses, holandeses, italianos, outros), porque existem diferenças entre as motivações principais de quem viaja a destinos estrangeiros face à procedência.
O perfil do turista também influencia as motivações na escolha do destino turístico. A quantidade de elementos a incluir no inquérito será analisada com especialistas do sector.

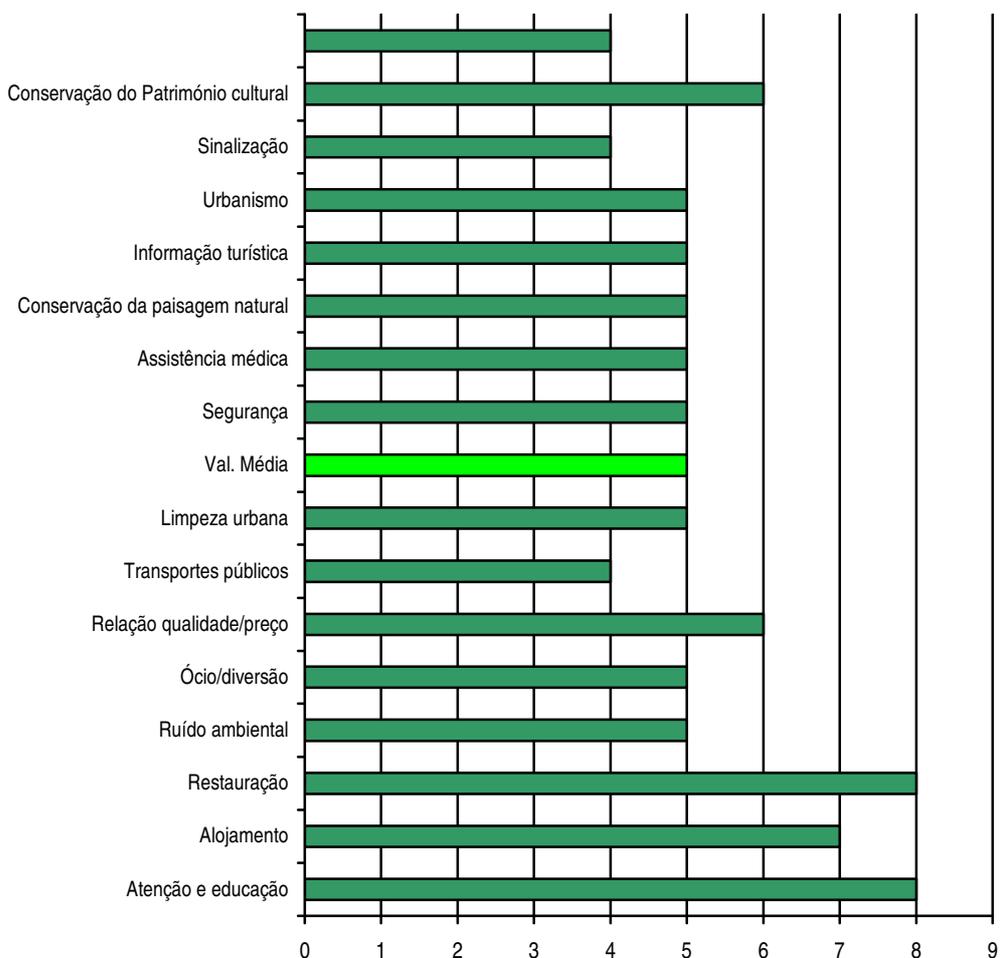
Exemplos de aplicação similares

Balance del Año Turístico en Andalucía

Palavras-chave

Turismo

Ilustração 11: Avaliação do destino turístico Algarve (de 1 a 10 por critério)



FICHA METODOLÓGICA		INDICADOR Nº 10
Designação	Melhorar os níveis de governança	Qualidade da informação municipal disponibilizada na net sobre os PMOT
Objectivo	Incentivar o exercício da democracia local através do acesso à informação criando as condições necessárias para a participação da população e dos agentes no processo de planeamento e gestão, desde a fase de concepção até à concretização.	
Meta	Cumprimento do direito à informação (artº 5º do DL 380/99) até ao final do ano 2008	
ENDS	7 — Uma Administração Pública mais eficiente e modernizada	
PNPOT	Objectivo estratégico 6 Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições.	
PROT Algarve Perguntas	Qual a quantidade e qualidade da informação prestada através do site do município?	
Contexto	<p>A correcta publicidade é a antecâmara da participação dos cidadãos nas decisões urbanísticas..</p> <p>O artigo 5.º do Decreto-Lei 316/2007 (RJIGT), determina que todos os interessados têm direito a ser informados sobre a elaboração, aprovação, acompanhamento, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial e que o direito à informação referido no número anterior compreende as faculdades de:</p> <p>a) Consultar os diversos processos acedendo, designadamente, aos estudos de base e outra documentação, escrita e desenhada, que fundamentem as opções estabelecidas;</p> <p>b) Obter cópias de actas de reuniões deliberativas e certidões dos instrumentos aprovados;</p> <p>c) Obter informações sobre as disposições constantes de instrumentos de gestão territorial bem como conhecer as condicionantes e as servidões aplicáveis ao uso do solo.</p> <p>Para o efeito as entidades responsáveis pela elaboração e pelo registo dos instrumentos de gestão territorial devem criar e manter actualizado um sistema que assegure o exercício do direito à informação, designadamente através do recurso a meios informáticos. Qual a qualidade da informação prestada através do site do município?</p> <p>As câmaras municipais mantêm igualmente actualizada a relação dos regulamentos municipais referidos no artigo 3.º, dos programas de acção territorial em execução, bem como das unidades de execução delimitadas. A informação referida nos números anteriores deve ser disponibilizada no sítio da Internet do município.</p>	
Unidades de medida	Através do método comparativo analisar os conteúdos dos sites dos municípios valorizando a qualidade da informação e o cumprimento do disposto nos artºs 77º, 83º-A, 83º-B, 96º, 146º, 150º, 151.º -A do Decreto-Lei nº 380/99 com as alterações introduzidas pelo DL nº 316/2007.	
Frequência de medição	Contínua	
Forma de registo (representação)	Gráfica	
Método e fontes para a recolha de dados	Página Web dos Municípios	

Exemplos de aplicação similares

Segundo o Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação, (UMIC 2004), dos 308 municípios de Portugal continental, 84% tinham presença na “web” em 2003, mas tal facto pouco significa sobre a correcta utilização do meio electrónico na relação entre administrados e administradores.

Palavras-chave

Participação, publicidade, transparência, cidadania

Qual a qualidade da informação prestada aos cidadãos através do site do município?

Direito à informação, Artigo 5.º, Decreto-Lei 316/2007 (RJIGT)

As entidades responsáveis pela elaboração e pelo registo dos instrumentos de gestão territorial devem criar e manter atualizado um sistema que assegure o exercício do direito à informação, designadamente através do recurso a meios informáticos.

	Artigo 74.º	Artigo 77º nº 2	Artigo 77º nº 3	Artigo 83º - A	Artigo 83º - B	Qualidade da informação prestada
ALBUFEIRA						
ALCOUTIM						
ALJEZUR						
C. MARIM						
FARO						
LAGOA						
LAGOS						
PP UOPG 3 PU Meia Praia	26					
LOULÉ						
MONCHIQUE						
OLHÃO						
PPZHO	27					
PORTIMÃO						
S. B. ALPORTEL						
SILVES						
TAVIRA						
VILA do BISPO						
V. R. S. ANTÓNIO						

Boa

suficiente

insuficiente

²⁶ O aviso está inserido, mas o conteúdo da proposta de contrato tendente à elaboração do Plano de Pormenor para a UOPG 3 do Plano de Urbanização da Meia Praia, não esteve/não está disponível na página do município.

²⁷ O aviso e os termos de referência para a elaboração do PP não estão disponíveis na página do município.

BIBLIOGRAFIA

ACIOLY Jr., Cláudio C., *Can Urban Management Deliver the Sustainable City? Guided Densification in Brazil versus Informal Compactness in Egypt*, em: *Compact Cities, Sustainable Urban Formes for Developing Countrys*, Spon Press, Londres, 2000.

BATISTA e SILVA, Jorge M. L., *Monitorização de Planos e sua operacionalidade no quadro da lei de bases*, in *Revista Urbanismo da AUP*, Setembro 2000.

COMISSÃO das COMUNIDADES EUROPEIAS, *Livro Verde sobre o Ambiente Urbano*, Luxemburgo, 1991. ISBN: 92-826-1664-9.

COMISSÃO EUROPEIA, *EDEC – Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário*. Para um desenvolvimento espacial equilibrado e sustentável do território da União Europeia, 1999.

COMISSÃO EUROPEIA, *Livro Branco sobre “A Política Europeia de Transportes no Horizonte 2010: a hora das opções*. 2001.

COMISSÃO EUROPEIA, *The attitudes of European citizens towards environment*, 2005, disponível em: http://europa.eu.int/comm/public_opinion/archives/ebs/ebs_217_en.pdf

COMISSÃO EUROPEIA, *Towards more sustainable urban land use*, Expert Group on the Urban Environmrnt, 2001
COMISSÃO EUROPEIA, *Urban Audit Perception Survey – Local Perceptions of Quality of Life in 31 European Cities*, 2005, disponível em: <http://www.urbanaudit.org/UAPS%20leaflet.pdf>

COMISSÃO PARLAMENTAR PARA O AMBIENTE, *Managing Change in Paradise: Sustainable Development in Peri-urban Áreas*. Wellington, 2001 – ISBN: 1-877274-00-3.

CONSELHO EUROPEU DE URBANISTAS, *A Nova Carta de Atenas 2003 – A Visão do Conselho de Urbanistas sobre as Cidades do séc. XXI*, Lisboa, 2003

CONSELHO EUROPEU DE URBANISTAS, *Try it this way – desenvolvimento sustentável ao nível local*, Cesur, 2002,

Correia, Paulo V. D. – Os sistemas de informação local, Os PDM de 2ª geração, *policopiado*.

EEA (European Environment Agency), *Environmental benchmarking for local authorities: From concept to practice*, 2001.

EEA (European Environment Agency), *Sustainable use and management of natural resources*, 2005. ISSN 1725-9177.

Egan, Sir John; *The Egan Review: Skills for Sustainable Communities*, RIBA Enterprises Ltd, 2004, disponível, ISBN 978185112855-6 disponível em: <http://www.communities.gov.uk/publications/communities/eganreview>.

ESPON, *Urban-rural relations in Europe*, Final Report, disponível em: http://www.espon.lu/online/documentation/projects/thematic/thematic_7.html

FERRÃO, João e Guerra, João, *Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de Vida – Contributos para a construção de um sistema de indicadores de monitorização da qualidade de vida nos municípios portugueses (Continente)*, 2004, Observa, Lisboa.

FISCHLER, Raphael, *Forme urbaine, développement métropolitain et mobilité des personnes*, Monteraël, 2002.

FONT, António, *The Explosion of the City*, em *L’explosió de la ciutat*, Barcelona 2004. ISBN 84-96185-18-4.

HALL, Peter, *Cities of tomorrow*, London, Blackwell, 1996, BPG 711.4.

INFANTE, Sérgio, *Conservação do Património Histórico-Arquitectónico, ensino e formação*, Revista Agora, Escola Profissional de Recuperação do Património, 1995.

INSTITUTO DO AMBIENTE, *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, 2005-2015*, disponível em: http://www.portugal.gov.pt/NR/ronlyres/2D23430D-3202-4CC8-8DAC-30E508633158/0/ENDS_2004.pdf

IPLAND, Ian, AALBORG, *The road to sustainability*, City of Aalborg

ITUARTE, Leandro del Moral, *El agua en Andalucia*, em Geografia de Andalucia, Editorial Ariel, S.A., 2003. ISBN: 84-344-3476-8.

INE, Anuário estatístico do Algarve (vários)

LOPES, António Simões, *Desenvolvimento Regional*, 5ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2001. ISBN 972-31-0106-8.

LYNCH, Kevin, *A Imagem da Cidade*, Coleção: - Arte & Comunicação, 2003. ISBN: 972-44-0379-3.

NAREDO, José Manuel, *Sobre la insostenibilidad de las actuales conurbaciones y el modo de paliarla*. Disponível em: <http://habitat.aq.upm.es/cs/p2/a007.html>

NEWTON, Peter; *Urban Form and Environmental Performance*: em: Achieving Sustainable Urban, Spon Press, Nova York, 2000. ISBN 0-419-24450-6.

PARTIDÁRIO, Maria do Rosário, *Strategic Environmental Assessment (SEA): Current practices, future demands and capacity – building needs*. Course manual. International Association for Impact Assessment, IAIA Training Courses.

PARTIDÁRIO, Maria do Rosário, *Guia de boas práticas para Avaliação Ambiental Estratégica - orientações metodológicas*, APA, Lisboa, 2007.

PAVIA, Rosario, *El miedo al crecimiento urbano*, em Lo Urbano, Edicions de la Universidad Politècnica de Catalunya, SL, 2004. ISBN: 84-8301-752-0.

RAVETZ, Joe, *Urban Form and the Sustainability of Urban Systems; Theory and Practice in a Northern Conurbation*, em: Achieving Sustainable Urban Form, Spon Press, Nova York, 2000. ISBN 0-419-24450-6

THEYS, Jacques, *Le Développement Durable : un concept sous exploité*. em Questions à propos du développement durable, PUCA (sob a direcção de G. Garin Ferraz e F. Goudet), METLTM, 2003.

UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP, Inquérito à Utilização das TIC nas Câmaras Municipais 2004

